



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS - PPGDSMC

**FORMAÇÃO DOS SOLDADOS BOMBEIROS DO ESTADO DO
PARÁ: (re)significações das competências a partir da Matriz
Curricular Nacional de Segurança Pública**

SANDRO MENDES LEAL DA SILVA

BELÉM

2015

SANDRO MENDES LEAL DA SILVA

**FORMAÇÃO DOS SOLDADOS BOMBEIROS DO ESTADO DO
PARÁ: (re)significações das competências a partir da Matriz
Curricular Nacional de Segurança Pública**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Defesa Social e Mediação de Conflitos – PPGDSMC,
da Universidade Federal do Pará, como requisito final
para obtenção do título de Mestre em Defesa Social e
Mediação de Conflitos.

Orientadora: Prof^{ra}. Dra. Fernanda Valli Nummer.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jaime Luiz Cunha de Souza - Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Carlos Alberto Batista Maciel - Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Silvia dos Santos de Almeida - Universidade Federal do Pará

Belém – PA

2015

**FORMAÇÃO DOS SOLDADOS BOMBEIROS DO ESTADO DO
PARÁ: (re)significações das competências a partir da Matriz
Curricular Nacional de Segurança Pública**

SANDRO MENDES LEAL DA SILVA

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, como requisito para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos, da Universidade Federal do Pará.

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
(Coordenador do Programa de Pós-graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos)

Banca Examinadora

Profa. Dra. Fernanda Valli Nummer
Universidade Federal do Pará
Orientadora

Profa. Dr. Carlos Alberto Batista Maciel
Universidade Federal do Pará
Avaliador Externo

Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida
Universidade Federal do Pará
Avaliadora Interna

Prof. Dr. Jaime Luiz Cunha de Souza
Universidade Federal do Pará
Avaliador Interno

*No final, tudo passa, restando sempre as
bênçãos do Mais Alto, que nos envolvem
agora e por toda a imortalidade.*

Scheila

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de enriquecer meus conhecimentos e tornar-me uma pessoa e um profissional melhor a cada dia, pela oportunidade sagrada de viver e evoluir.

Agradecer à minha família, mãe, pai, cunhada, filha, sobrinha e irmãos, pela compreensão, por minha ausência nos momentos familiares e pela ajuda dispensada durante os momentos de estresse e preocupações. Em especial à minha esposa Elisangela Navegantes, por ser a mais privada de minha presença, pela ajuda, paciência e amor que nunca faltaram. A família é a base e certeza de que nunca estamos sós não importa o que aconteça.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a. Fernanda Valli Nummer pela paciência, companheirismo, parceria e profissionalismo com que conduziu este humilde aluno ao universo complexo e rico das Ciências Sociais.

Ao Comando do CBMPA, que financiou o Mestrado, possibilitando a oportunidade de concorrer a uma vaga no Programa.

Um agradecimento especial a todos os cabos e soldados de minha unidade (CFAE), por compreenderem e me cobrirem nas escalas de serviço internas e extraordinárias, desde o início desta caminhada há dois anos, meu muito obrigado de coração. Estendo esse agradecimento a todos os militares de minha unidade, comandantes e subcomandantes que passaram pelo Centro de Formação durante este período, pela ajuda dispensada a mim através das concessões que me foram concedidas.

Um agradecimento especial ao Sr, Cap. Leandro Henrique Diniz Coimbra, por sua ajuda constante e apoio durante a execução do mestrado e ao Sgt. Lacy Amâncio pelos votos de confiança dados ao longo de todo período de estudos e pesquisa.

A todos os professores e colegas de turma, que me ajudaram, através das aulas e diálogos em classe, a desenvolver meus conhecimentos, sem os quais esse trabalho não seria possível.

A todos que participaram da pesquisa como interlocutores; instrutores e soldados da turma de 2009, aos membros da Diretoria e Divisão de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, que contribuíram com suas experiências, conhecimentos, perspectivas e sentimentos, fornecendo os dados que são o coração deste trabalho, muito obrigado por terem me concedido um pouco do seu precioso tempo.

RESUMO

Nas discussões em torno da formação do agente de Segurança Pública A Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, no ano de 2003, apresenta a Matriz Curricular Nacional, com a intenção de tornar-se um referencial teórico para o desenvolvimento das ações formativas dos profissionais da área da segurança- Polícia militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares. Utilizando a Teoria de Bernstein (1996) sobre a estruturação do discurso pedagógico e seu processo de recontextualização e a Sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu (1995), sobre o conceito de Campo, entre outras referencias, verificou-se que o discurso pode estar sujeito a várias possibilidades de recontextualização, através de vários campos envolvidos, passando por uma série de transformações, advindas do contexto específico no qual está sendo utilizado. O trabalho buscou analisar as significações e ressignificações das competências (Cognitivas, Operativas e Atitudinais) no Ensino dos Soldados Bombeiros do Estado do Pará, a partir da Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública, através de uma análise qualitativa, com a realização de grupos focais e entrevistas junto aos agentes sociais que atuam na formação dos Soldados Bombeiros, além de análise documental e bibliográfica da Matriz e do Projeto do Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares de 2009. Concluiu-se que fatores orçamentários, políticos, carência de equipamentos e materiais, estrutura física do Centro de Formação, além da função regulamentar do soldado como elemento de execução, concorrem para a manutenção da ordem e o ensino voltado e pautado nas relações de classe, nos regulamentos e doutrina militares tradicionais, não privilegiando o desenvolvimento das Competências da MCNSP.

Palavras-chave: Ensino; Bombeiro Militar; Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública.

ABSTRACT

In discussions about the formation of the Public Security agent The National Secretariat of Public Security - SENASP, in 2003, introduced the National Curriculum Matrix, with the intention of becoming a theoretical framework for the development of training activities of professionals Area security- Military Police, Civil Police and Military Fire. Using Bernstein's theory (1996) on the structuring of pedagogic discourse and its recontextualization process and the reflexive sociology of Pierre Bourdieu (1995), on the concept of field, among other references, it was found that the speech may be subject to various possibilities of recontextualization through various fields involved, through a series of transformations, resulting from the specific context in which it is being used. This study aimed to analyze the meanings and reinterpretation skills (Cognitive, and Attitudinal Operative) in Teaching Memorial Pará State Fire from the Matrix Course National Public Security, through a qualitative analysis, conducting focus groups and interviews with social workers involved in the formation of Firefighters Memorial, as well as documentary and bibliographic analysis of mother and Soldiers Training Course Design Military Firefighters 2009. It was concluded that budgetary factors, political, lack of equipment and materials, physical structure of the Training Centre, in addition to the soldier of the regulatory function as execution element, contribute to the maintenance of order and the teaching oriented and guided in class relations in the traditional military regulations and doctrine, not favoring the development of skills of MCNSP.

Keywords: Education; Military Firefighter; Matrix National Curriculum of Public Safety.

LISTA DE SIGLAS

CBMPA	Corpo de Bombeiros Militar do Pará
CONSUPE	Conselho Superior de Ensino do IESP
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CFAE	Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças
CFSD BM	Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares
DEI	Diretoria de Ensino
DEN	Divisão de Ensino
EAD	Ensino à distância
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
IESP	Instituto de Ensino de Segurança do Pará
LOB	Lei de Organização Básica
MCNSP	Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública
PMPA	Polícia Militar do Pará
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação dos Campos na estrutura de ensino do CBMPA_____ 16

Figura 2: Estrutura organizacional de ensino do CBMPA_____ 48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1-Capítulo 1 – Apresentação da Pesquisa	14
1.1 -- A Profissão Bombeiro: Um Breve Histórico	23
1.2- Corpo de Bombeiros: Atribuições	26
1.3 -- A Dinâmica dos Campos Sociais	28
1.4 - A Formação do Soldado Bombeiro Militar	32
2-Capítulo 2-A Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública	38
2.1 – A Recontextualização da Matriz para a formação do Soldado Bombeiro	40
3 – Capítulo 3 - A Diretoria de Ensino e o Centro de Formação de Praças	48
3.1 – A Diretoria de Ensino Do CBMPA e a Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública	49
3.2 - A Divisão de Ensino do CFAE	52
3.3 – O CFSD BM 2009 e as Competências estabelecidas pela MCNSP	54
4 – Capítulo 4 - Os Instrutores do CFSD BM 2009 e as Competências da MCNSP	58
4.1 - Os Instrutores e o Desenvolvimento de Competências	62
4.2 - Os Instrutores e as Competências Cognitivas	64
4.3 - Os Instrutores e as Competências Operativas	65
4.4 - Os Instrutores e as Competências Atitudinais	67
5 - Os Soldados e as Competências da MCNSP	69
5.1 - As Competências e os Soldados BM 2009	71
5.2 - Os Soldados e as Competências Cognitivas	72
5.3 - Os Soldados e as Competências Operativas	74
5.4 - Os Soldados e as Competências Atitudinais	75
6 – Conclusão	79
7 – Referências	84
ANEXO A	86
APÊNDICE A (ROTEIRO GRUPO FOCAL – INSTRUTORES)	87
APÊNDICE B (ROTEIRO GRUPO FOCAL – SOLDADOS)	92
APÊNDICE C (FORMULÁRIO GRUPO FOCAL – INSTRUTORES)	94
APÊNDICE D (FORMULÁRIO GRUPO FOCAL – SOLDADOS)	98
APÊNDICE E (ROTEIRO DE ENREVISTA – DEI E DEN)	100

INTRODUÇÃO

A SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) lança em 2003 a MCNSP (Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública), visando sua utilização como referencial teórico-metodológico das ações de formação dos agentes de segurança pública, entre eles os Corpos de Bombeiros.

Entretanto, existem peculiaridades nas formações oferecidas, gerando processos que imprimem transformações na aplicação da Matriz como referência, fazendo com que ocorram ressignificações desde sua aquisição pelo Corpo de Bombeiros Militar do Pará, até sua aplicação para obtenção das Competências Cognitivas, Operativas e Atitudinais através das instruções oferecidas durante o Curso de Formação de Soldados BM 2009.

Com o estabelecimento da Matriz Nacional, seus princípios pedagógicos e orientações metodológicas, ficava claro a intenção de formar um agente de segurança pública, no mínimo, diferente do produto produzido até o momento. Todavia, como mudar o produto final, se as bases onde se dão as ações formativas continuam as mesmas?

Esta inquietação aumentou quando fui selecionado para ministrar a disciplina de TFM (Treinamento Físico Militar), ao Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares de 2009, por ser Licenciado em Educação Física e Especialista em Fisiologia do Exercício. Imaginava como seria ministrar aulas, adaptando o que aprendi no âmbito acadêmico, com a disciplina militar e seus procedimentos.

Por estar incluso no processo, afinal a turma de 2009 ocorreu logo após a minha turma, enfrentei o risco de interpretar de forma distorcida o problema, pela vivência ainda recente da formação recebida. Entretanto, acredito que outras experiências realizadas como instrutor do Curso de Formação de Sargentos, palestras e vivências diárias, contribuíram para a ampliação dos horizontes da realidade pesquisada.

Estas relações travadas, durante o planejamento, execução e supervisão do CFSD BM 2009, gera um movimento no sentido de transformar e/ou manter as bases doutrinárias e pedagógicas vigentes, fazendo com que os conteúdos, metodologia de

ensino, entre outros aspectos relacionados à formação dos soldados sejam elementos problematizados entre os órgãos e atores sociais envolvidos.

Para entender a dinâmica de ressignificação e suas consequências para o desenvolvimento das Competências eleitas pela Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública (MCNSP), na formação dos Soldados Bombeiros Militares do Estado do Pará, o trabalho se divide em 5 capítulos, onde o capítulo 1 é compreendido pela apresentação da pesquisa, bem como um histórico da instituição Bombeiro-militar, além do problema de pesquisa, justificativa, objetivos, referencial teórico e procedimentos metodológicos, buscando fornecer informações sobre as bases da formação do soldado bombeiro do Estado do Pará e as discussões em torno da Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública, traçando um panorama geral, mostrando a articulação entre os setores que articulam a dinâmica de formação da corporação, demonstrando os processos recontextualizadores presentes desde a chegada da Matriz até a execução do Curso de formação de soldados Bombeiros.

No capítulo 2 realizamos uma análise da Matriz Nacional, buscando conhecer suas bases teóricas de elaboração, bem como discutir sua utilização para o Corpo de Bombeiros.

O capítulo 3 é destinado à análise das perspectivas dos membros da Diretoria de Ensino do Corpo de Bombeiros, sendo este setor, de acordo com os autores que embasam a pesquisa, componente do Campo Reprodutor Oficial. Além da análise das falas da Divisão de Ensino do Centro de Formação de Praças da Instituição (CFAE), como uma extensão do Campo Reprodutor Oficial, onde é realizado o Curso de Formação de soldados Bombeiros Militares.

Em seguida, no capítulo 4 verificamos o ponto de vista dos instrutores do Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares 2009, constituintes do Campo Recontextualizador Pedagógico, responsáveis pelas aulas, pela transmissão do conhecimento. Visando compreender sua perspectiva acerca das competências preconizadas pelo Documento federal.

Finalmente, no capítulo 5 são ouvidos os soldados bombeiros da turma de 2009, classificados na pesquisa como adquirentes, ou seja, o alvo das ações pedagógicas, definindo sua percepção sobre o curso e sua formação e de que forma as competências estabelecidas na Matriz, foram absorvidas.

Torna-se essencial conhecer a organização dos processos que envolvem a execução de políticas públicas de segurança. Acreditamos ser relevante, entender a influência do processo de recontextualização dos campos e da ressignificação das competências estabelecidas pela MCNSP para a formação dos Soldados Bombeiros Militares do Estado do Pará, pois a doutrina comportamental instalada quando da entrada do indivíduo no Centro de formação, irá determinar padrões de comportamento (atuação) do mesmo na sociedade, influenciando decisivamente nos processos de tomada de decisões, reflexão e análise crítica da realidade social, o que irá afetar, diretamente, a vida de toda população.

CAPÍTULO 1- APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

As grandes transformações sociais, econômicas, tecnológicas e políticas potencializam impactos organizacionais nas estruturas e nos modelos de gestão, e geram incertezas que dificultam a compreensão das questões que cercam as demandas de desempenho e formação profissional.

Estas mudanças constantes exigem das Instituições a implementação de estratégias inovadoras para manter e qualificar sua atuação e conseguir atender com êxito as demandas sociais. No caso das Instituições de Segurança Pública. Verificamos a necessidade do estabelecimento de novas competências, para que o Agente de segurança pública, em nosso caso, o Soldado Bombeiro Militar, possa desempenhar seu papel alinhado com a contemporaneidade. No momento, existe uma preocupação muito grande com determinadas habilidades e conteúdos, que seriam fundamentais para que este agente possa exercer com êxito sua missão constitucional, e com isso, atender de forma mais adequada à população.

Desta forma, se tornam imprescindíveis ações formativas para a área de Segurança Pública, focadas nos avanços científicos, na valorização dos saberes acumulados, nas vivências e na reflexão antes durante e após as ações. Frente a isso, o novo agente de segurança pública, que trabalha em situações extremas de estresse, risco e insegurança, necessita reunir capacidades para atuar no restabelecimento das relações interpessoais, na mediação e negociação de conflitos, respeitando as diferenças (gênero, classe, idade, orientação sexual, crença, etnia) etc.

Na busca destes objetivos, a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) através da Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública (MCNSP), documento que visa ser um referencial teórico-metodológico para as ações formativas dos profissionais de segurança, objetiva uniformiza – lãs e, desta forma, diminuir as disparidades entre as formações oferecidas nas diversas regiões do país, bem como, privilegiar e desenvolver as competências cognitivas, operativas e atitudinais dos agentes de Segurança Pública.

Entretanto, para entendermos a intenção e os objetivos que geraram um documento como a MCNSP, precisamos discutir pontos fundamentais, por exemplo, os conceitos de currículo e competência.

Para DAVINI (1994, p. 39) Um currículo é um plano pedagógico e institucional que orienta a aprendizagem dos alunos de forma sistemática. Neste sentido, o currículo deve fornecer informações sobre como ensinar, o que ensinar e quando ensinar, além de dar informações sobre avaliação, agindo como norteador do processo de ensino.

Diferentes concepções de organização curricular compõem o panorama dos projetos pedagógicos. A MCNSP visa em sua estrutura, uma organização curricular integrada e interdisciplinar, buscando o desenvolvimento de competências consideradas importantes para todos os agentes de segurança Pública.

Todavia, no que diz respeito à competência, existem várias concepções e significados. Iremos destacar o conceito contido na Matriz Nacional, que diz que “Competência é a capacidade de mobilizar saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual” (BRASIL, 2008, p. 7).

Neste caso, podemos inferir que as competências são vistas como um conjunto de capacidades, ou seja, elementos indispensáveis para o desempenho profissional efetivo, destacado nas competências exigidas pelo documento: Cognitivas, Operativas e Atitudinais.

As Competências Cognitivas encontram-se relacionadas com a capacidade do indivíduo de pensar de maneira crítica e criativa, sempre consciente de suas ações. Agindo de forma comunicativa através do posicionamento de ideias. Segundo a definição explicitada pela Matriz, este conjunto de competências necessita de “desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do pensamento” (BRASIL, 2008, p. 7).

Outro conjunto de competências pretendidas, diz respeito às Competências Operativas, que são aquelas responsáveis em converter as ações, ou seja, a aplicação do conhecimento em “prática responsável, refletida e consciente” (BRASIL, 2008, p. 7). Estas competências encontram-se relacionadas com as habilidades consideradas técnicas, administrativas, traduzidas em formas de método e procedimentos.

Finalmente, a Matriz ocupa-se em desenvolver o conjunto das Competências Atitudinais, relacionadas a valores, crenças, etc. Estas competências visam “estimular a percepção da realidade por meio do desenvolvimento das potencialidades individuais:

interação, capacidade de conviver” (BRASIL, 2008, p. 7). Relacionam-se com os pilares da educação, Aprender a ser e Aprender a conviver.

A Matriz vem para orientar, explicar os caminhos, os planos, projetos e currículos, atuando como ferramenta de gestão educacional e pedagógica, intervindo na formação oferecida regionalmente. Entretanto, este processo, muitas vezes desconsidera a realidade onde são desenvolvidas as ações formativas, bem como, a forma como são aplicadas. Isto ocorre, pelos diferentes contextos em que são gerados documentos, projetos, parâmetros, etc, constituindo-se como campos de atuação.

Segundo Bernstein (1996) existem três dimensões que se influenciam mutuamente: O campo da contextualização, constituído pelos elaboradores dos documentos (produtores), o campo recontextualizador oficial, representado pelo Corpo de Bombeiros, Diretoria de Ensino (reprodutores), responsável em produzir o discurso pedagógico oficial e o campo recontextualizador pedagógico (escola, centros de formação, etc), responsável pela transmissão dos conteúdos estabelecidos aos Soldados Bombeiros (adquirentes), como demonstrado na figura abaixo:

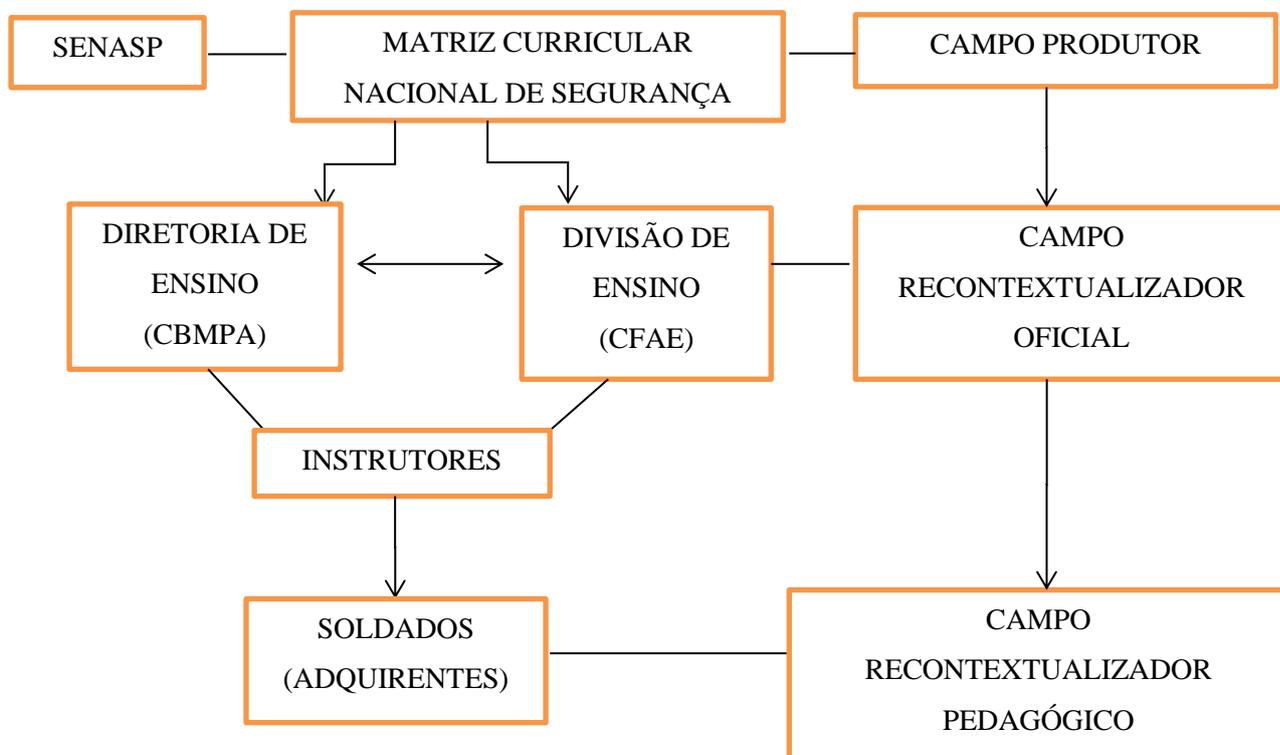


Fig 2 – Representação dos Campos na estrutura de ensino do CBMPA

Ocorre que, estes campos são representados por grupos de poder, que possuem por sua vez, diferentes interesses, refletidos por projetos políticos, origens, concepções sociais, de ensino, etc. Logo, este contexto, influencia diretamente na aplicação e elaboração dos currículos e das intenções formativas dos agentes de segurança pública. Essa luta e concorrência passam por uma série de estratégias empregadas pelos agentes sociais, pois na cadeia de sucessão de cada campo existe uma dinâmica de conservação e mudança contínua. Isto cria espaço para estratégias de conservação, levadas a cabo por aqueles, que naturalmente, dentro da dominação social em vigor, têm maior probabilidade de fazer valer seus critérios e pontos de vista.

Devido a isto, acontecem transformações que acabam por modificar e alterar muitas vezes, de maneira significativa, a aplicação dos projetos, comprometendo os objetivos a serem alcançados. Além disto, a MCNSP, com sua intenção de integrar a formação dos agentes de segurança, desconsidera a história e as características de cada instituição, pois existe uma diferença significativa entre a formação dada aos policiais civis e a fornecida aos militares. Estas peculiaridades se misturam a outro fator complicador e que vem sendo alvo de críticas sobre o conteúdo da Matriz e sua organização curricular, o fato de privilegiar conteúdos e disciplinas eminentemente policiais, ou seja, não diferenciar a função profissional do Bombeiro, bastante diversa da policial.

De acordo com a Matriz a formação dos agentes de Segurança Pública precisa de flexibilidade e diversificação, para provocar transformações. Ser um processo aberto, complexo que reflete, desafia, gerando novas perspectivas na concepção e implementação das políticas de Segurança, contribuindo para a construção de novos paradigmas. Ter compromisso com a qualidade e atualização permanentes, sendo submetidas periodicamente a processos de avaliação e monitoramento sistemático, garantindo assim a qualidade e a excelência das referidas ações.

Os processos de desenvolvimento Didático-pedagógicos possibilitam a reflexão crítica das questões que emergem ou que resultam da prática individual, das Instituições e do corpo social, valorizando o conhecimento anterior. Todavia, como privilegiar estes objetivos se o ensino, ou seja, a formação ocorre de acordo com moldes militares, onde repousam tradições e são privilegiadas qualidades bastante diversas das perseguidas

pela Matriz, como, a obediência, o respeito à hierarquia na tomada de decisões, economia gestual e de diálogo e uniformidade.

O modelo militar de ensino se mantém nas forças auxiliares (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar) como extensão das Forças Armadas, incorporando além de seus costumes e doutrinas, suas missões constitucionais, como a doutrina de Segurança Nacional e a Defesa do Território, ou seja, estabelece a cultura do combate ao inimigo.

Entretanto, as atividades exercidas pelo Corpo de Bombeiros são totalmente diferentes daquelas exercidas pelo Exército por exemplo. Os Corpos de Bombeiros são entidades Públicas, incumbidas da realização de serviços de prevenção de sinistros, de combate a incêndios, de busca e salvamento de pessoas e bens materiais. Além destas, também são responsáveis pelas atividades de defesa civil, na redução de desastres, desenvolvendo ações de prevenção, de preparação para emergências, de resposta aos desastres e de reconstrução de áreas afetadas.

Neste sentido, ocorrem reformulações constantes no texto da Matriz, afetando seus objetivos, pois durante o processo de transição realizado a partir de sua formulação, ocorre apenas a apreensão por parte dos instrutores que, não acessam a integralidade do Projeto de Curso, tendo contato somente com as ementas de disciplinas, sem um direcionamento por parte da Diretoria de Ensino (DEI). Logo, os instrutores reinterpretem os conteúdos da maneira que acreditam ser mais adequada, ou seja, ficam mais à vontade para ressignificar os caminhos e as intenções das ações desenvolvidas em sala de aula. Este fato influencia decisivamente nas aulas e nos conteúdos oferecidos aos alunos Soldados Bombeiros, pois durante o caminho desde a formulação da Matriz, passando pela construção do Projeto do Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares (CFSD BM), até sua chegada às salas de aula, desenvolve-se um processo de recontextualização que influencia na obtenção das competências estabelecidas.

Estas competências contidas na Matriz, ou seja, Cognitivas, Operativas e Atitudinais, são eleitas pelos produtores do documento, representados, de acordo com Bernstein (1996) pelo Campo da produção ou Contextualizador, responsável pelo estabelecimento de regras geradoras de “discursos/práticas pedagógicas oficiais”

(BERNSTEIN, 1996, p. 20). Logo, este campo, atua formulando e direcionando aquilo que é ou não válido em termos de conhecimento.

Após a elaboração dos documentos oficiais, neste caso, a Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública, ocorre a transmissão da mesma até as Diretorias de Ensino das corporações, onde é recebido e utilizado conforme o contexto de formação específico de cada instituição e de cada estado, que irá ou não considerar o que foi estabelecido como verdade pelos produtores. Logo, entram em cena os reprodutores, constituindo o Campo Recontextualizador oficial, restabelecendo suas bases e gerando um novo produto de acordo com seus interesses e prioridades.

Finalmente, após o estabelecimento do que é válido pelo Campo Recontextualizador oficial, entram em cena os instrutores do Curso, que representam o Campo Recontextualizador Pedagógico, responsáveis pela transmissão do conhecimento e pelo desenvolvimento das competências estabelecidas, sendo este processo permeado de acordo com sua ideologia, valores, etc. Influenciando a forma e os conteúdos a serem transmitidos aos Alunos Soldados Bombeiros, representados neste contexto como adquirentes, ou seja, aqueles que são o alvo das ações formativas.

A pesquisa visa entender de que forma a MCNSP, como elemento constituído pelos produtores (Campo Contextualizador) é recebida e apropriada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA), (Campo Recontextualizador oficial) bem como, verificar sua utilização no Campo Recontextualizador pedagógico, em nosso caso, o Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização (CFAE) através dos instrutores do Curso de Formação de soldados Bombeiros, até sua chegada aos Soldados Bombeiros (adquirentes), analisando a perspectiva dos agentes sociais envolvidos (Soldados, Diretoria de ensino e Instrutores), tendo em vista o contexto em que se constituiu a formação da última turma de soldados bombeiros do estado do Pará, no ano de 2009. Identificando quais as ressignificações atribuídas pelos agentes sociais envolvidos nos campos que estruturam a formação dos soldados Bombeiros Militares do Pará para as competências cognitivas, operativas e atitudinais estabelecidas pela MCNSP.

A pesquisa tem como objetivo geral, compreender as significações e ressignificações atribuídas pelos agentes sociais envolvidos nos campos que estruturam a formação dos soldados bombeiros militares do Pará para as competências cognitivas,

operativas e atitudinais estabelecidas pela MCNSP, analisando suas bases de elaboração, investigando os sentidos das competências cognitivas, operativas e atitudinais estabelecidas pela MCNSP sob o ponto de vista dos membros da Diretoria de Ensino do CBMPA, da Divisão de Ensino do Centro de Formação de Praças (CFAE), dos instrutores do curso de formação e dos soldados do CBMPA de 2009.

Nas discussões em torno da Formação do agente de segurança pública, identificamos nos trabalhos, Rudnicki (2007); Poncioni (2005); Muniz (2001), relacionados com a realidade policial, a preocupação em formar um profissional preparado para os desafios de uma sociedade Democrática, onde as necessidades de análise, reflexão, antes, durante e após as ações empregadas, bem como a capacidade de interação com a sociedade tornam-se fundamentais.

Importante ressaltar a escassez de trabalhos relacionados à formação de praças bombeiros, no caso Soldados, em relação ao grande volume de trabalhos relacionados à formação de oficiais da Polícia, o que nos leva a utilizar como referências os trabalhos citados, já que o Corpo de Bombeiros é parte integrante do Sistema de Segurança Pública.

Inserida no contexto de discussões em torno da formação dos agentes responsáveis pela Segurança, A Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, no ano de 2003, apresenta a Matriz Curricular Nacional, durante um amplo Seminário nacional sobre Segurança Pública, possuindo como motor principal de sua concepção, a intenção de tornar-se um referencial teórico para o desenvolvimento das ações formativas dos profissionais da área da segurança- Polícia militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares. Em 2005, sofre sua primeira revisão, quando foram agregados ao trabalho realizado pela SENASP outros dois documentos: as Diretrizes Pedagógicas para as Atividades Formativas dos Profissionais da área de Segurança Pública, um conjunto de orientações para o planejamento, acompanhamento e avaliação das Ações formativas, e a malha curricular, um núcleo comum composto por disciplinas que congregam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, cujo objetivo é garantir a unidade de pensamento e ação dos profissionais envolvidos.

No período de 2005 a 2007, a SENASP, em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, realizou seis seminários regionais, denominados *Matriz Curricular em Movimento*, destinados à equipe técnica e aos docentes das academias e centros de

Formação. As reflexões realizadas tiveram como base os três documentos citados anteriormente. Esses seminários possibilitaram, a discussão sobre as disciplinas da Malha curricular e a transversalidade dos Direitos Humanos, bem como reflexões sobre a prática pedagógica e sobre o papel intencional do planejamento e execução das ações formativas.

No próprio texto introdutório da Matriz são explicitadas as expectativas de que este movimento:

Seja uma ferramenta de gestão educacional e pedagógica, com ideias e sugestões que possam estimular o raciocínio estratégico-político e didático-educacional, necessário à reflexão e ao desenvolvimento das ações formativas na área de Segurança Pública. Espera-se também que todo esse movimento chegue às salas de aula, transformando a ação pedagógica e contribuindo para a excelência da formação do profissional de Segurança Pública (BRASIL, 2008, p. 2).

Todavia, o discurso formatado pela Matriz pode estar sujeito a várias possibilidades de recontextualização, através de vários campos e contextos envolvidos. Seu caminho, até a aplicação pelos instrutores durante o curso de formação, pode passar por uma série de transformações, advindas do contexto específico no qual está sendo utilizado. Importante destacar que o movimento do discurso de seu ponto inicial para outro sofre influência de ideologias, visões de mundo, interesses políticos, etc, sofrendo interferências e transformações, que acabam por estruturar o campo da recontextualização:

O discurso se desloca do seu contexto original de produção para outro contexto onde é modificado (através de seleção, simplificação, condensação e reelaboração) e relacionado com outros discursos e depois é relocado. Assim, o princípio recontextualizador seletivamente, apropria, reloca, refocaliza e relaciona outros discursos, para construir sua própria ordem e seus próprios ordenamentos (BERNSTEIN, 1996, p. 259).

Neste sentido, o discurso original não é mais o mesmo, novas prioridades são eleitas, criando um novo discurso, ressignificado de acordo com a nova realidade apresentada, pois as ideias que são inicialmente propostas são inseridas em contextos diferenciados, permitindo uma série de reinterpretações, bem como, mudanças nos significados reais. Essa ressignificação do discurso regula as orientações gerando novos documentos que especializam e demarcam as fronteiras e acabam por alocar e relocar os sujeitos de acordo com sua especificidade no campo, revelando e confirmando qual deve ser sua localização no contexto ao qual se encontra inserido.

A MCNSP, tida aqui como fonte primária do discurso produzido, sofre a ação da recontextualização através de orientações elaboradas, que se encontram relacionadas ao contexto específico aonde irão se desenvolver as ações formativas dos Soldados Bombeiros, ou seja, o processo de ressignificação da Matriz depende da situação dos indivíduos na realidade institucional, delimitando a forma e os conteúdos considerados válidos e úteis para a reprodução cultural das relações estabelecidas.

Esse processo acaba por influenciar o processo de formação dos soldados, pois seu papel específico desempenhado na instituição interfere na formulação do projeto do curso, e no desenvolvimento das ações pedagógicas, fazendo com que as competências a serem desenvolvidas (Cognitivas, Operativas e Atitudinais), sejam ou não privilegiadas, de acordo com as motivações e interesses dos agentes responsáveis pela ressignificação da Matriz Nacional, demarcando desta forma, o que deve ou não ser aproveitado para a perpetuação do campo institucional do Corpo de Bombeiros.

Neste sentido, as competências estabelecidas pela matriz se tornam fundamentais para a formação do Soldado Bombeiro, visto que, as Competências Cognitivas, estão relacionadas com a capacidade de posicionar-se de maneira crítica e criativa, organizando o conhecimento. As Competências Operativas fazem com que o indivíduo possa transformar a teoria em prática responsável, refletida e consciente e, finalmente, as Competências Atitudinais, desenvolvendo as potencialidades individuais, estimulando a capacidade de convívio em diferentes ambientes, através da percepção da realidade envolvida, tornam-se fundamentais para a profissão bombeiro, onde a atuação técnica, proativa, além do relacionamento interpessoal com o público em situações de trauma, medo e insegurança, exigem resultados eficientes.

Portanto, a discussão em torno da formação e qualificação profissional dos agentes de segurança pública ganhou um novo fôlego a partir das mudanças sociais estabelecidas quando do processo de redemocratização, onde se passou a discutir qual o perfil destes profissionais diante de uma sociedade democrática.

A Sociedade em seu processo civilizatório compreende mudanças e transformações tecnológicas, culturais, econômicas, sociais entre outras. Em decorrência destas transformações, a cada dia têm surgido novas situações, diferentes conflitos e questionamentos a respeito das políticas públicas de segurança.

[...] cada vez mais a sociedade brasileira tem compreendido que segurança pública não corresponde a um problema necessariamente de polícia, mas a um dever do Estado e uma responsabilidade coletiva. As medidas nessa área demandam ações complexas e articuladas entre instituições, sociedade e distintas esferas do poder público (TEIXEIRA, 2005, p. 5).

Acreditamos que a maneira pela qual o profissional é formado, metodologia, doutrina, entre outros aspectos que permeiam o processo de aquisição de conhecimentos, influenciam decisivamente no perfil de profissional que se pretende ao final do processo de formação.

Logo, torna-se fundamental para esta discussão, o entendimento a respeito do que Bernstein (1996), chama de “estruturação do discurso pedagógico”, definindo aquilo que conta como transmissão válida do conhecimento, fazendo com que ocorram processos de recontextualização, que acabam por gerar diferenças entre a produção teórica e a execução dos projetos pedagógicos.

Para iniciar a análise deste contexto, torna-se necessário discorrer sobre a profissão bombeiro, suas bases históricas, bem como as características laborais do seu ofício, buscando identificar através de sua trajetória o estabelecimento da cultura institucional que vigora contemporaneamente.

1.1 - A PROFISSÃO BOMBEIRO: UM BREVE HISTÓRICO

De acordo com MENEZES (2007) a habilidade de apagar incêndios chega ao Brasil com os portugueses, que em suas caravelas traziam os marinheiros chamados de “vigias do fogo”, visando o combate de eventuais incêndios nas embarcações.

Em 1951 é criado o Arsenal de Marinha da Bahia, proporcionando o desenvolvimento da indústria naval no Brasil, tanto na construção como na reforma das embarcações já existentes, adotando-se o mesmo sistema de vigilância contra incêndios trazido de Portugal. Em 12 de Agosto de 1797, um Alvará Régio determina que o Arsenal de Marinha passasse a ser o órgão responsável pela extinção de incêndios, pela experiência dos marinheiros, homens treinados e equipamentos apropriados. Em 1808 é criado o cargo de Inspetor do Arsenal de Marinha, cabendo a este dirigir pessoalmente os serviços de extinção de incêndios.

Em julho de 1849, o Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz, expediu um “aviso” determinando que o combate aos incêndios fosse comandado pelo oficial de patente mais alta que se encontrasse no local, começando aí um conflito de autoridade e

competência com o Ministério da Marinha que resultaria na reorganização dos serviços de extinção de incêndios e na criação do Corpo provisório de Bombeiros da Corte, em 2 de julho de 1856 (MENEZES, 2007, p. 27).

A história do Corpo de Bombeiros no Pará começa muito antes de sua criação oficial em 1882. De acordo com Menezes (2007, p. 32) até 1994/95 não havia consenso sobre a real data da criação do Corpo de Bombeiros no Pará. Antes de 1882 já havia combate a incêndios, mas não um Corpo organizado para combatê-lo.

Em Belém, no período colonial, o serviço de extinção de incêndios era feito precariamente pelos aguadeiros¹. A precariedade dos equipamentos e o despreparo dos integrantes, junto com a desorganização dos que chefiavam, comprometiam a eficiência dos serviços. Fazendo com que as cobranças da população e de comerciantes da Província, sobretudo da Capital, pela criação de um Corpo de Bombeiros, ganhassem cada vez mais força.

No dia 24 de Novembro de 1882, sob pressão da Imprensa e da Assembleia Legislativa da província, o Dr. Justino Ferreira² baixou portaria criando finalmente e oficialmente a Companhia de Bombeiros.

Em 1891, nove anos após a sua criação, a Companhia de Bombeiros é elevada a categoria de Corpo, através de um decreto do governador do Estado, determinando também que o Corpo de Bombeiros deveria ser comandado por um Major.

Em 1897, através da sanção de uma lei municipal o intendente Antônio José de Lemos, autoriza a transferência do Corpo de Bombeiros do Estado para o município, sendo esta transferência efetivada na prática pelo Governador José Paes de Carvalho em 14 de Março de 1898.

Esta transferência do Corpo de Bombeiros, do poder estadual para o municipal, bem como, mudanças nas dependências para o quartel da Rua João Diogo, colocavam os Bombeiros em evidência, estando presente nos relatórios oficiais e na imprensa da época.

Dando um salto histórico e chegando até o chamado “regime militar” iniciado com a revolução de 1964, o Governo Federal chamou para si a supervisão das Forças

¹ Indivíduos da comunidade que com baldes e latas combatiam os incêndios.

² Presidente da Província do Grão-Pará.

Auxiliares através do Decreto-Lei federal nº 317, de 13 de Março de 1967, que reorganiza as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, considerando-os reservas do exército. Dois anos depois, surge uma nova alteração por conta do Ato Institucional nº 5³, de Julho de 1969, do presidente militar Arthur da Costa e Silva, e outro de nº 1.072 do presidente Emílio Garrastazu Médici, de novo reorganizam as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros e determinam que, nos Estados em que os Bombeiros são uma força municipal independente, sejam incorporados à respectiva Polícia Militar, cujo comando geral deveria ser ocupado por oficiais (Tenente-Coronel ou Coronel) do Exército.

No princípio Polícia Militar e Corpo de Bombeiros tiveram um comando único, com atividades não definidas e até superpostas. Somente em Julho de 1974, o Decreto-lei nº 4.521 deu à PMPA nova LOB (Lei de Organização Básica), estabelecendo duas naturezas para sua atividade fim e criando os quadros específicos de Oficiais e Praças Bombeiros.

Nos anos 80, o Brasil vivencia o movimento pela redemocratização, culminando em 1988 com uma nova Constituição Federal, que no título V, Capítulo III, Artigo nº 144 estabelece os Corpos de Bombeiros como um dos órgãos da Segurança Pública⁴.

Durante quase 19 anos, de 15 de setembro de 1971 a 21 de Abril de 1990, o Corpo de Bombeiros esteve vinculado à Polícia Militar, tendo em seu início um comando único e a partir de 1974, uma unidade administrativa, com comando e quadros próprios, mas subordinado ao Comando Geral da PM.

De acordo com os relatos da época, os Bombeiros foram recebidos como “intrusos” na Polícia Militar. De acordo com Menezes (2007, p. 179) “Os Bombeiros eram tratados como filhos bastardos, obrigados a tirar serviço de Polícia, sem nenhuma formação policial”.

Além disso, o orçamento era um só e com a incorporação dos Bombeiros, só restavam as sobras. Conflitos à parte, foi durante o tempo em que esteve subordinado a

³ AI 5 entrou em vigor em 13 de Dezembro de 1968, era o mais abrangente e autoritário de todos os outros atos institucionais, e na prática revogou os dispositivos institucionais de 67, além de reforçar os poderes discricionários do regime militar. Vigorou até 31 de Dezembro de 1978.

⁴ Parágrafo 6º: As Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, forças auxiliares e reservas do Exército, subordinam-se juntamente com as Polícias Cíveis aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

PM que o Corpo de Bombeiros se expandiu, tendo sido criados o 1º Grupamento de Incêndio (1974); o 1º Subgrupamento de Incêndio (1977) em Santarém; o 2º Grupamento de Incêndio (1981) em Castanhal e o 2º Subgrupamento de Incêndio (1985) em Marabá.

Em 5 de Outubro de 1989 foi promulgada uma nova Constituição Estadual, que autorizava a desincorporação da PM. No dia 19 de Abril o Governador Hélio Gueiros assina o Decreto nº 6.781, disciplinando a desvinculação, sendo efetivada no dia 21 de Abril.

Com a promulgação da Constituição estadual de 1989, o então Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Pará emancipa-se, ganhando autonomia e novo regime jurídico, sendo subordinado diretamente ao Governo do Estado, com a denominação de Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA).

1.2 - CORPO DE BOMBEIROS: ATRIBUIÇÕES

Com a nova denominação, o Corpo de Bombeiros teve ampliadas suas atribuições. Na lei de Organização Básica do CBMPA, de 15 de Novembro de 1992, aprovada pela Assembleia Legislativa e que, com algumas alterações vigora até hoje, estão definidas as funções e atribuições da Corporação.

Planejamento, coordenação e execução de atividades de Defesa Civil; Prevenção e Extinção de Incêndios; Busca e Salvamento de pessoas e bens; Socorro de Emergência; Perícia de Incêndios e explosões; Serviço de Guarda-Vidas em praia e balneários; Proteção e prevenção de Incêndios marítimos e fluviais; Proteção e prevenção contra Incêndios Florestais.

Além destas atribuições, cabe também ao Corpo de Bombeiros, atividades e pesquisa técnico-científicas, visando a obtenção de produtos e processos, que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico.

Com a ampliação e definição das atribuições do Corpo de Bombeiros, torna-se necessária uma atenção maior a formação dos militares da Corporação. Destacando o Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização “Major Henrique Rubim”⁵

⁵ Denominação que homenageia o Oficial paraense que primeiro hasteou a Bandeira Nacional no Arraial de Canudos. Foi adotada a partir do novo regulamento do Centro – o RCFAE que consta da portaria

(CFAE) criado em 10 de Março de 1988 dentro do 1º Grupamento de Incêndio, com o objetivo de ministrar cursos de Formação e Especialização de Praças⁶.

O CFAE permanece ainda hoje localizado na Cidade Nova VI no município de Ananindeua, desenvolvendo cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização das Praças da Corporação, sendo subordinado à Diretoria de Ensino e Instrução do CBMPA.

Neste sentido e, visando se tornar um referencial Teórico-metodológico para orientar as ações formativas dos profissionais da Área de Segurança Pública (Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros Militares), independentemente da instituição, nível ou modalidade de ensino que se espera atender, a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) cria a Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública, contendo os fundamentos didático-metodológicos, diretrizes pedagógicas e uma Malha curricular, núcleo comum composto por disciplinas que congregam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais necessários ao bom desempenho dos profissionais.

É notório que o investimento e o desenvolvimento de ações formativas são necessários e fundamentais para a qualificação e o aprimoramento de resultados das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública frente aos desafios impostos pelas demandas da Sociedade. Este pensamento segue influenciando a necessidade de repensar o currículo, sua organização, os espaços e tempo das ações de formação, etc.

Entretanto, as bases nas quais estão sendo formados estes profissionais precisam ser discutidas. Em nosso caso específico, os Soldados Bombeiros são formados sobre uma égide militar, logo, diferenciada da formação dada aos profissionais de segurança pública civis.

É importante valorizar a capacidade de utilização crítica e criativa dos conhecimentos, e não o simples acúmulo de informações, refletir e agir em situações complexas de trabalho, de maneira autônoma e responsável.

Entretanto, a Doutrina Militar, privilegia outras habilidades, deseja obter um produto uniforme, padronizado. Utilizando seus dois pilares fundamentais (Hierarquia e

Comando Geral nº 679 de 2 de Dezembro de 2003, publicada no Boletim nº 224 do dia 18 do mesmo mês e ano.

⁶ Soldados, Cabos, Sargentos e Subtenentes.

Disciplina) para moldar seus integrantes e dirimir a crítica e a reflexão. Este panorama caracteriza o campo militar, que influencia e é influenciado por outros campos sociais, envolvidos nos processos de significações e ressignificações dos discursos produzidos.

1.3 - A DINÂMICA DOS CAMPOS SOCIAIS

Para iniciar as discussões sobre a dinâmica existente entre os campos sociais, seus papéis e a influência exercida por seus agentes, é necessário primeiramente entender a ideia de Campo. Para Bourdieu; Wacquant (1995, p. 64) Um Campo pode ser definido como “uma rede de relações objetivas entre posições”. Sendo estas relações, individuais e coletivas permeadas por normatizações.

Estas relações de acordo com Bernstein (1996) estabelecem a distribuição de poder e acabam por designar os princípios de controle entre os grupos sociais constituídos, regulando as relações em seu “interior e entre eles e, portanto, formas de consciência” (BERNSTEIN, 1996, p. 27).

Esta dinâmica estaria relacionada com as relações de classe, onde “a distribuição do poder e dos princípios de controle gera, distribui, reproduz e legitima princípios dominantes e dominados” (BERNSTEIN, 1996, p. 27), que por sua vez geram, distribuem, reproduzem e legitimam formas distintas de comunicação, posicionando os agentes dentro do campo, desenvolvendo “relações específicas entre os sujeitos e no interior dos sujeitos” (BERNSTEIN, 1996, p. 28).

Este entendimento nos ajudará a esclarecer e caracterizar os campos que interagem através de uma cadeia de relações objetivas, estabelecendo regras e leis de funcionamento e de que forma estas normatizações agem significando e ressignificando as intenções pedagógicas da formação dos soldados bombeiros militares do Pará.

Inserido neste contexto, destacamos o conceito de código: “É um princípio regulativo, tacitamente adquirido, que seleciona e integra, significados relevantes, formas de realização e contextos evocadores” (BERNSTEIN, 1996, p. 29).

Logo, o Código aqui estabelecido acaba por selecionar aquilo que é legítimo ou ilegítimo de acordo com o posicionamento do indivíduo no campo, ou seja, acaba por gerar hierarquias nas formas de comunicação, regulando as relações entre os contextos desenvolvidos na dinâmica de interação entre os campos e no interior destes. Isto gera

especificidades na prática interativa, isto é as formas de se relacionar socialmente dentro do campo que por sua vez, “geram, através da seleção, produções textuais específicas” (BERNSTEIN, 1996, p. 32).

Neste sentido, a MCNSP, seleciona o conhecimento considerado válido, legítimo, regulando o que deve ser aprendido, como deve ser aprendido e como devem proceder as avaliações para verificar se os resultados foram obtidos. Entretanto, sua chegada ao centro de formação, bem como, sua utilização passa por um processo de recontextualização, onde são verificadas diferenças nos currículos, além de transformações nas formas de transmissão do conhecimento.

Estas transformações são explicadas através da Teoria do dispositivo pedagógico, elaborada por Bernstein (1996), como modelo para analisar de que maneira uma disciplina ou campo específico de conhecimento é transformado para constituir o conhecimento escolar, currículos, conteúdos, etc.

Se posicionarmos a elaboração da Matriz e a relacionarmos com a teoria geral dos campos de Bourdieu (2009), ela se constituiria no campo da produção, ou campo intelectual, encontrando concordância com Bernstein (1996) que o denomina como campo Contextualizador, onde os chamados “produtores” são os responsáveis pela construção e normatização dos conhecimentos.

Em sua teoria, o discurso pedagógico contém outros dois discursos: o discurso instrucional e o discurso regulador. Onde, o discurso instrucional se refere aos conhecimentos específicos (o “que” e o “como” transmiti-los) e o discurso regulador referente à ideologia (discurso moral, valores, identidades).

Segundo Bernstein (1996), as regras do dispositivo pedagógico são distributivas, recontextualizadoras e avaliativas, estando relacionadas hierarquicamente entre si, de tal forma que as regras distributivas regem as recontextualizadoras e conseqüentemente, estas, acabam por reger as regras avaliativas.

Estas regras distributivas possuem a função de regular as relações de poder, formas de consciência e de prática, de modo que “distribuem as formas de consciência mediante a distribuição de diferentes formas de conhecimento” (BERNSTEIN, 1996, p. 58). Dessa forma, regulam o tipo de conhecimento que os diferentes grupos terão acesso e o modo em que se dará a aquisição do conhecimento.

As regras distributivas se manifestam do ponto de vista sociológico no campo da produção do discurso, cada vez mais dominado pelo Estado e com regras cada vez mais especializadas de acesso e controle do poder. Essas regras atuam constituindo o campo intelectual ou o chamado Campo Contextualizador, aquele que produz o discurso oficial.

Deste Campo Contextualizador, o discurso é encaminhado a outro campo, o chamado Campo Recontextualizador oficial, personificado e dominado pelo Estado, pelas secretarias, autoridades, através de agentes especializados, responsáveis pela produção do discurso pedagógico. Este campo tem o objetivo de estabelecer um conjunto de conhecimentos específicos e práticas pedagógicas a serem transmitidas pelas escolas. Em nosso estudo, este campo é personificado pela DEI do Corpo de Bombeiros Militar do Pará.

No contexto escolar, este conjunto de conhecimentos e práticas estabelecidas, sofre transformações oriundas do Campo Recontextualizador pedagógico, que é constituído por professores, instrutores, escolas, centros de formação, etc. Pois, o discurso reproduzido no centro de formação pode estar sujeito ao seu contexto específico, ou seja, pode ser afetado pelas relações de poder estabelecidas no campo.

Este panorama é corroborado com a noção de campo de Bourdieu, como um espaço estruturado de posições, onde ocorrem lutas entre os diferentes agentes que ocupam as mais diversas posições. O conhecimento é “desigualmente distribuído dentro do campo, materializando uma estrutura de dominantes e dominados, onde os interesses sociais são sempre específicos” (BOURDIEU; WACQUANT, 1995, p. 71).

Este quadro exemplifica bem o que ocorre no ensino militar, demarcando as posições no campo, em termos de habitus individuais ou grupais, com estratégias de racionalização. Isto fica bem exemplificado no regulamento interno de serviços gerais – RISG, onde o soldado caracteriza-se essencialmente como elemento de “execução”, ou seja, ocorre a demarcação de sua fronteira de atuação, estabelecendo limites e posicionando-o de acordo com a escala hierárquica do campo militar.

Além disto, existem peculiaridades na formação militarizada que favorecem o estabelecimento desta conduta.

O modo de operar a formação [...] se produz a partir da reclusão de indivíduos recrutados voluntariamente no seio da sociedade. Isso não implica em exclusão da vida cultural, não significa fracasso, mas um sucesso social. Trata-se da reclusão como técnica de internamento [...] A exclusão em relação ao mundo civil tem como função fundar em novas bases os laços de lealdade do indivíduo, inseri-lo no sistema de responsabilidade social de um novo grupo (SÁ, 2002, p. 76).

Rudnicki (2007, p. 33) identifica que os cursos optam pela abordagem da Escola Clássica. Logo após iniciarem os trabalhos, há uma adaptação dos alunos aos objetivos e métodos da Escola, que são perseguidos e acontecem em respeito a um regime disciplinar rígido, autocrático, voltado a impor um treinamento pautado na certeza de que o conteúdo lecionado precisa ser aprendido para que a missão – de docentes e discentes – seja cumprida.

Isto faz com que, devido aos interesses e grupos de poder estabelecidos, o projeto de curso sofra interferências, privilegiando as características consideradas essenciais para a formação de um profissional “militar”.

Neste sentido, a noção de *habitus* constituído através de um processo de “Disciplinarização”, Foucault (1987a) que utiliza o corpo como elemento central, age em prol da geração de padrões uteis à perpetuação da cultura institucional da corporação, revalidando constantemente os comportamentos de seus integrantes, sob a forma de disposições de modos determinados.

Este contexto peculiar da formação militar coloca em discussão os objetivos e o desenvolvimento das competências estabelecidas na Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública. O estabelecimento das competências cognitivas, operativas e atitudinais previstas em seu texto, estariam comprometidos pela recontextualização oficial, bem como pela recontextualização pedagógica, comprometida com interesses específicos e mediada por relações de poder que produzem alterações, que vão, desde o currículo, entendidos aqui, como elemento orientador do processo de ensino-aprendizagem, até as práticas instituídas durante o curso de formação.

Na formação dos futuros agentes de segurança pública, é de fundamental importância a reflexão sobre o modelo de profissional almejado para os dias atuais, onde a complexidade social exige um profissional capaz de gerir incertezas e de agir de maneira criativa, preparado para mudanças durante o exercício profissional.

Por este motivo, em uma sociedade Democrática, os agentes de segurança pública (soldados bombeiros), sendo “linhas de frente”, e lidando com a população em situações extremas, onde se encontram muitas vezes, fragilizadas emocionalmente pela perda de patrimônio, entes queridos e ocorrência de traumas, necessitam de uma formação que privilegie a criatividade, o relacionamento interpessoal e a criticidade. Entretanto, como são selecionados estes novos soldados que irão integrar a instituição Bombeiro militar?

O ingresso na corporação se dá através de concurso público, com exigência mínima de 18 anos e máxima de 27, exigindo como nível de instrução mínimo o 1º ano do ensino fundamental. É composta por prova escrita de múltipla escolha, constituída de questões de Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química, História e Geografia.

Posteriormente, é realizado exame psicotécnico, Exame de saúde e Teste de aptidão física, composto pelos seguintes testes: 100 metros de Natação estilo livre, devendo ser concluídos em 2 minutos; 20 flexões de braços no solo; 4 elevações na barra fixa; Teste de andar e correr de 12 minutos e o mínimo de 36 flexões abdominais em 1 minuto.

Este processo dura em média de três a seis meses, sendo concluído, após julgamento de recursos em todas as fases de seleção, com a lista dos classificados publicada em boletim interno do Corpo de Bombeiros e no Diário Oficial do Estado.

1.4 - A FORMAÇÃO DO SOLDADO BOMBEIRO MILITAR

Para o entendimento das bases de formação do soldado bombeiro militar, iniciamos com o entendimento acerca dos princípios de Hierarquia e Disciplina que constituem questões fundamentais, permeando a formação militarizada, e atuando em conjunto para inscrever nos corpos a cultura Institucional dominante, perpetuando-a, reforçando-a e construindo o modo de ser, fazer, agir, ou seja, o *Habitus* militar.

O profundo e constante processo de Disciplinarização que sofre o indivíduo quando de sua entrada na Corporação Militar, possui como base fundamental estes dois Pilares, que como reconhecemos, estão inseridos em todas as instituições que temos notícia. Logo, na vida militar o papel destes elementos é fundamental para entendermos as intenções da Formação oferecida aos seus integrantes.

Pouco a pouco o espaço escolar de desdobra; a classe torna-se homogênea, ela agora só se compõe de elementos individuais que vê se colocar uns ao lado dos outros sob os olhares do mestre. A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar. A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permitiu ultrapassar o ensino tradicional (um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando). Determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos (FOUCAULT, 1987a, p. 125-126).

Na escola militar o aluno soldado passa por uma socialização, durante a qual deve “incorporar” valores, atitudes e comportamentos apropriados ao cumprimento das regras estabelecidas no campo de atuação, e esta incorporação está diretamente ligada à posição que ele irá ocupar depois de formado, ou seja, a socialização oferecida é baseada na escala hierárquica e no desenvolvimento da disciplina. Durante esta fase de assimilação, o corpo é o alvo das investidas, sejam elas com o objetivo de punir, reforçar ou desqualificar comportamentos.

Esta lógica teria a intenção de formar indivíduos para serem soldados obedientes, reativos, lacônicos, ou seja, pessoas que não coloquem em risco a estrutura existente, reprodutoras da tradição e mantenedoras das bases constituídas ao longo da história Institucional. A intenção de formar indivíduos autônomos contida na MCNSP entra desta forma, em contradição com a intenção formativa na perspectiva militar.

A contradição que eu estava observando estava imersa por relações de poder que são estabelecidas pelos próprios indivíduos nas instituições, sem que os mesmos tenham consciência dessas relações, visto que as mesmas estão “naturalizadas” devido às regras impostas ao mundo institucional (FRANÇA, 2012, p. 18).

Permeando esta perspectiva, encontram-se os processos de socialização, que influenciam e regem as ações de formação, pois, “É por meio da Socialização que os indivíduos, tornam-se aptos à participação dos diferentes sistemas sociais, compartilhando códigos, ideias e significados comuns” (SILVA, 2011, p. 109).

Setton (2012, p. 18) destaca que a noção de socialização, ou processo de socialização, tem a “vantagem de agregar questões de ordem, práticas intencionais, conscientes e sistemáticas, além de uma série de ações difusas, assistemáticas e não intencionais, que acabam participando na construção dos seres e das realidades sociais”.

Portanto, as formas pelas quais os soldados bombeiros são socializados ao ambiente militar são fundamentais para entender as intenções e o perfil profissional que deseja a Instituição, bem como a perpetuação de seu modelo e de suas tradições.

Na formação bombeiro, a socialização, que ocorre em um ambiente repressor, baseada em um relacionamento hierarquizado, de vigilância constante e com diminutas possibilidades de participação nos rumos de seu processo, dentro de uma perspectiva tradicional, acaba por inibir os potenciais criativos, de iniciativa, fazendo com que domine a acomodação e a aceitação do panorama existente.

Por isso o processo de socialização militar impõe uma desconstrução, o abandono de práticas e comportamentos anteriores, para que o ingresso em seu novo grupo social seja bem sucedido, mostrando a face controladora da Instituição.

Percebemos então que a socialização praticada na formação militar se origina em um esforço coletivo, fundado na necessidade de manutenção da ordem estabelecida e historicamente construída.

Outro ponto importante se configura no discurso empregado durante a formação no que diz respeito ao “espírito de corpo”, que a todo o momento é reforçado, principalmente nas fases iniciais do curso, onde a política do “por um, pagam todos” é altamente empregada, visando uma aglutinação, uma sincronia de pensamentos e atitudes dos novos alunos. Entretanto, isto não significa que não exista competição entre seus integrantes, muito pelo contrário, esta é constantemente estimulada, através de provas físicas e teóricas, comparando-os e demonstrando através de seus modelos preferidos, o padrão de comportamento almejado e que deve ser perseguido por todos.

Na formação militar o que ocorre é uma naturalização de hábitos e costumes. Os costumes “apaisanados” estão em desacordo com os padrões da comunidade militar, logo, por meio da educação e da instrução, esses hábitos indesejados podem ser alterados, visando atender aos interesses e as demandas pertinentes ao momento.

Esta ideia nos permite compreender a maneira pela qual as transformações ocorrem ao longo do tempo e, perceber que determinadas condutas e Instituições atuam com o objetivo sistemático de reformar e/ou construir novos padrões de comportamento.

Logo, na intenção de instaurar o perfil ideal aos interesses mantenedores do campo militar, estruturado hierarquicamente, são formulados procedimentos, normas, regulamentos, etc, que se integram aos currículos recontextualizados a partir da leitura da MCNSP e que seguem os interesses e motivações da instituição Bombeiro Militar do Estado do Pará. Portanto, no Campo Recontextualizador oficial, irá ocorrer a formulação do Projeto do Curso de Formação de Soldados, que irá atender e refletir o contexto específico onde será aplicado.

A coleta de dados da pesquisa será realizada no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, tendo como recorte espacial o Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização Maj. Bm. Henrique Rubim (CFAE), órgão responsável pelos cursos oferecidos às praças do Corpo de Bombeiros do Estado (soldados, cabos, sargentos e subtenentes). Esta unidade está localizada no município de Ananindeua, no Conjunto Cidade Nova VII, Sn 24, S/N.

Os sujeitos da pesquisa serão os soldados formados na turma de 2009, por serem estes, os mais recentemente formados, já possuindo neste período, a MCNSP como parâmetro comparativo de nossa análise. Além de militares e civis envolvidos nas atividades de elaboração, supervisão e Instrução do Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares (CFSD BM 2009). Consistindo estes, nas fontes empíricas da pesquisa.

A pesquisa caracteriza-se, em seu primeiro momento, como bibliográfica, conforme classificação de Lakatos; Marconi (1991, p. 183), por envolver levantamento de trabalhos (teses, dissertações, artigos, etc) relacionados com a formação de agentes de segurança pública, tendo como finalidade, “o contato com o material produzido sobre a realidade pesquisada”. Nesta mesma linha, a mesma é também classificada como documental, pela consulta a documentos internos (documentação direta) do campo pesquisado, tais como: regulamentos, projetos de curso, etc.

No segundo momento, a pesquisa é de campo, e do tipo exploratória, “objetivando descrições qualitativas do objeto de estudo e conceituando as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente a ser observado” (LAKATOS; MARCONI. 1991, p. 188). Partindo de uma situação geral pretendida através da proposta de uniformização do ensino pela utilização da MCNSP, buscando-se particularizar as conclusões acerca do tema abordado. Tendo como instrumento de

coleta de dados, a utilização do grupo focal com os instrutores e soldados bombeiros do curso de 2009 por sua abordagem qualitativa, privilegiando a exploração mais profunda da realidade pesquisada, além da possibilidade de pensar coletivamente uma temática e, permitir que os comentários de um, façam emergir a opinião dos outros, verificando possíveis desdobramentos e manifestações comportamentais, além da utilização de formulários para ampliar as informações sobre os envolvidos na pesquisa.

Pelos motivos expostos, o grupo focal caracteriza-se como importante técnica de coleta de dados, que a partir da interação grupal, promove uma ampla problematização sobre um tema ou foco específico, intensificando o acesso às informações acerca do fenômeno, seja pela possibilidade de gerar novas concepções ou pela análise de uma ideia em profundidade. Além disso, o grupo estimula o debate entre os participantes, permitindo que os temas abordados sejam mais problematizados do que uma situação de entrevista individual. Logo, “os participantes de modo geral, ouvem as opiniões dos outros antes de formar as suas próprias e, constantemente, mudam de posição, ou fundamentam melhor sua opinião inicial, quando envolvidos na discussão em grupo” (TRAD, 2009, p. 19).

Durante a execução dos grupos focais, os soldados e instrutores preencherão um formulário a respeito de suas experiências em cursos, tempo de serviço, formação acadêmica, etc. (Apêndices C e D). Estes formulários, no caso dos soldados, visam conhecer suas experiências anteriores, bem como, suas vivências durante o curso, visando identificar as disciplinas com as quais se afinizaram e as que tiveram maior dificuldade, além de problematizar suas opiniões sobre os objetivos do curso e fatores que possam ter afetado seu desenvolvimento.

No caso dos instrutores, o formulário visa identificar, além do tempo de serviço, a predominância de funções administrativas ou operacionais, bem como, suas experiências com a docência em cursos da corporação, atualização de conhecimentos, além do grau de instrução e formação acadêmica.

Neste sentido, os dados das entrevistas e dos grupos focais serão analisados através da técnica de análise temática, caracterizada como técnica qualitativa, para coleta e análise de dados durante o desenvolvimento da pesquisa, visando analisar a Matriz a partir dos teóricos citados, conceitos utilizados, através de pesquisa bibliográfica, bem como, os sentidos atribuídos pelos membros da DEI do CBMPA e da

DEN do Centro de Formação de Praças (CFAE) por meio de entrevistas. Além do entendimento dos instrutores e dos soldados a partir das discussões sobre os conceitos de matriz, competência, competências cognitivas, competências operativas e competências atitudinais.

CAPÍTULO 2 - A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dentre as questões mais fundamentais que mobilizam o debate público, destaca-se de acordo com (MUNIZ, 2001, p. 178) o processo formativo dos agentes de segurança, onde são apontados o “despreparo” e a “baixa qualificação profissional”, reportando-se, portanto, ao descompasso existente entre a destinação dos agentes de segurança pública de “servir e proteger” o cidadão, preservando uma ordem pública democrática e contemporânea, e os conhecimentos, técnicas e hábitos aprendidos, que ainda estariam refletindo as doutrinas e mentalidades herdadas do nosso passado autoritário.

Não obstante, nas últimas duas décadas terem se verificado inovações na área da formação profissional, poucas iniciativas lograram sucesso no sentido de “implementar mudanças efetivas nas práticas e procedimentos dominantes, inscritos em um padrão de desempenho que se traduz na ineficácia dos resultados obtidos” (PONCIONI, 2005, p. 586).

Com o pensamento de investir e desenvolver ações, que visem qualificar e aprimorar os resultados das Instituições que compõem o Sistema de Segurança surge a Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública, “ferramenta de gestão educacional e pedagógica, referencial teórico-metodológico e orientador das ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública – Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares – independentemente da Instituição, nível ou modalidade de ensino que se espera atender” (BRASIL, 2008, p. 3).

Além disto, deseja diminuir as distorções existentes nas formações oferecidas nos Estados e nas instituições que compõem o sistema, por meio de definições operacionais e funcionais, ou seja, visa garantir um currículo mais integrado e comum, garantindo a unidade de ações e procedimentos em todo o território nacional.

É importante destacar que em sua concepção inicial, a MCNSP, não abrangia os Corpos de Bombeiros Militares, que não faziam parte das ações institucionais da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), pois o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que foi criado pela lei nº 10.201, de 14 de Fevereiro de 2001, contemplava com recursos, somente as instituições policiais.

A justificativa para tal transitava em torno dos fenômenos que mais incomodam e afetam o bem estar social, como a criminalidade e a violência. Logo, as atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros, não refletem a maior preocupação social, como fica claro na dificuldade em encontrar trabalhos que no âmbito das ciências sociais brasileiras, se refiram aos bombeiros. Pois, o mesmo é representado como um agente social que não se constitui em problema, mas, pelo contrário, que soluciona problemas, auxiliando em situações de urgência e fazendo-o sempre com a competência possível.

Os Corpos de Bombeiros Militares são entidades responsáveis por atividades de Defesa Civil, Combate a Incêndios, busca e salvamento. Entretanto, em 2003, ocorre sua inclusão no FNSP, consolidando e garantindo sua função como órgão integrante do sistema de Segurança Pública. A partir deste momento, O Corpo de Bombeiros Militar passa a integrar o foco das ações da Matriz Nacional.

Além de ser um referencial teórico metodológico para as ações formativas das instituições que compõem o sistema de Segurança Pública, a Matriz Nacional possui em sua linha de ação, a uniformização dos conteúdos dos cursos de formação policial. Analisando de forma preliminar seu texto, bem como sua malha curricular, fica claro a importância e a atenção dispensada aos fenômenos eminentemente policiais, como o crime e a violência, e a quase inexistência dos focos da atividade bombeiro, como combate a incêndios e salvamento.

Sua formulação, de acordo com a teoria de Bernstein (1996) encontra-se relacionada ao Campo Contextualizador, onde os produtores estabelecem e determinam os conteúdos considerados legítimos para constituírem os currículos dos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização.

Impulsionando a necessidade de se repensar currículos, organização curricular, tempo das ações de formação, bem como seus espaços, a Matriz, objetiva em seu texto, privilegiar o desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e atitudinais. Estas competências são vistas como um conjunto de capacidades, ou seja, elementos indispensáveis para o desempenho profissional efetivo:

As competências cognitivas que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, bem como, posicionar-se, comunicar-se e estar ciente de suas ações; as competências operativas que preveem a aplicação do conhecimento teórico

em prática, responsável refletida e consciente e as competências atitudinais, que por meio do desenvolvimento das potencialidades individuais, visa à conscientização das pessoas e de sua interação com o grupo (BRASIL, 2008, p. 7).

Sua organização se dá em torno de Eixos articuladores e áreas temáticas, onde os eixos articuladores estruturam o conjunto de conteúdos transversais que permeiam as ações de formação. E as áreas temáticas contemplam o conteúdo indispensável a essas ações, que devem estar alinhados ao conjunto de experiências relacionadas as competências citadas.

Além das competências, a Matriz possui também princípios norteadores destacados e importantes para viabilização de sua proposta, tais como: Princípios educacionais, Princípios Didático-pedagógicos e os Princípios éticos. Dentro dos princípios educacionais, gostaríamos de destacar a flexibilidade, diversificação e transformação, que preconiza que as ações de formação devem ser entendidas como um processo aberto, complexo e diversificado e, o princípio da qualidade e atualização permanente, que diz que as ações devem ser submetidas periodicamente a processos de avaliação e monitoramento, garantindo assim, sua excelência.

2.1 - A RECONTEXTUALIZAÇÃO DA MATRIZ PARA A FORMAÇÃO DO SOLDADO BOMBEIRO

De acordo com Bernstein (1996) existem três campos envolvidos na dinâmica de estruturação do discurso pedagógico. O primeiro, como já foi destacado é o Campo Contextualizador ou Campo da produção do discurso, no qual novas ideias são construídas, constituindo em concordância, o que Bourdieu; Wacquant (1995) denomina de “campo intelectual”. Logo, a MCNSP se constitui como produção textual oriunda deste campo.

Outro campo fundamental é o campo Recontextualizador oficial, que em nosso caso é representado pelo CBMPA, mais especificamente por sua Diretoria de Ensino, que é responsável pela elaboração, planejamento e supervisão dos cursos oferecidos pela corporação, produzindo o discurso pedagógico considerado válido, regulando a produção, reprodução, distribuição e mudança dos discursos pedagógicos, bem como os conteúdos, as relações a serem transmitidas e seu modo de transmissão. Em suma, este campo tem o objetivo de estabelecer um conjunto de procedimentos e conhecimentos específicos a serem transmitidos.

Neste sentido, o discurso produzido pela Matriz sofre a ação da recontextualização provocada pelo campo Recontextualizador oficial (Diretoria de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar do Pará), produzindo transformações por influências ideológicas, políticas, financeiras, etc, gerando e constituindo prioridades relativas ao seu contexto específico.

Bernstein (1996) ressalta que uma produção textual ou discurso sempre passa por transformações ou reposicionamentos, na medida em que é utilizado no processo pedagógico. Nesse caso, existe a possibilidade de distinguir dois tipos de transformação: a transformação do texto dentro do campo Recontextualizador, no caso em questão, a Matriz em relação à Diretoria de Ensino do CBMPA, e a transformação do texto recontextualizado durante o processo pedagógico, ou seja, quando ocorre a ação dos instrutores no centro de formação, onde se desenvolvem as aulas.

A partir da apropriação da Matriz pela Diretoria de Ensino e da elaboração do Projeto do Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares (CFSD BM), que ressignifica suas orientações e conteúdos, entra em cena o campo Recontextualizador pedagógico, responsável pela transmissão do discurso produzido pelo campo Recontextualizador oficial, sendo constituído pelos instrutores dos cursos e preocupando-se com os princípios e práticas que regulam o movimento dos discursos. Importante ressaltar que apesar de representar o discurso pedagógico oficial, este campo pode produzir um efeito independente do campo Recontextualizador oficial, ou seja, pode ressignificar o que já foi ressignificado.

Este panorama nos faz começar a notar um distanciamento entre a teoria, explicitada na Matriz e a prática das ações de formação, em nosso caso, dos soldados bombeiros militares. Isto porque dependendo do profissional a ser formado (praça ou oficial), ocorrerão diferenças significativas que caracterizarão os perfis que serão incorporados pelos agentes.

A adoção da Matriz pela Diretoria de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar do Pará ocorre de maneira superficial, sendo observado através da análise do Projeto do Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares de 2009 (CFSD BM 2009), a intenção em desenvolver o ensino através de uma perspectiva eminentemente técnica e legalista, baseada fundamentalmente na missão constitucional da instituição e nas

responsabilidades e atribuições dos soldados, como agentes executores das ordens emanadas pelas esferas superiores da corporação.

Neste sentido, a ideia de flexibilidade de princípios e metas, bem como a realização de debates para aprimoramento dos processos formativos não é verificada no ensino militar, que privilegia a atitude lacônica, bem como, no caso dos soldados, a obediência. Além disto, as competências estabelecidas como prioridade pela Matriz no processo de ensino, não se coadunam com a prática, pois pensar de forma crítica e posicionar-se sobre qualquer coisa é visto de forma conflituosa para o superior hierárquico, que vê no subordinado alguém questionador, problemático e “ponderador”.

O espaço para o debate que poderia gerar mudanças e transformações é alvo de grandes resistências, pois a doutrina militar é tradicional e autoritária, logo o processo de atualização que poderia ser bem mais aproveitado em benefício da qualidade das ações formativas é comprometido em prol da manutenção da cultura institucional. Esta manutenção, que ocorre também, através de um processo de Disciplinarização marcante, pode ser verificada na malha curricular dos cursos de formação de soldados do estado do Pará, onde disciplinas de caráter militar encontram-se presentes no currículo, consumindo de forma significativa a carga horária e contribuindo para o inculcamento dos princípios e valores militares, enquanto disciplinas voltadas à ética e direitos humanos, foram retiradas ou colocadas na modalidade EAD (Ensino à distância).

Esta existência de disciplinas comuns, de caráter militar que são consideradas fundamentais, principalmente no período de formação, onde ocorre o processo de disciplinarização visando a absorção das leis, regulamentos, rituais, costumes, enfim, a militarização do corpo para acessibilidade e permanência da cultura institucional vigente, direciona a formação para a geração de um *habitus*, sedimentado como marca natural e útil às manifestações das diversas expressões do campo militar.

Além deste currículo explícito verificado diretamente na malha curricular do curso de formação de soldados, existe um currículo implícito, doutrinário que é repassado a todo o momento, quer seja, em formaturas, sala de aula, momentos para alimentação, alvorada, etc.

Outro ponto fundamental é que a doutrina militar permeia todas as outras disciplinas que são conduzidas por militares, ou seja, além destas que se encontram estabelecidas no currículo do curso, existem outras em que a perspectiva militar acaba por “engessar” o processo de ensino-aprendizagem, inibindo o desenvolvimento das competências explicitadas na MCNSP e, desta forma, contribuindo de maneira negativa e contraditória aos objetivos contidos na mesma, pois uma formação que visa a conscientização de papéis, promoção de autonomia, estímulo a pesquisa científica para ampliar o leque de informações e conhecimento, para desta forma, debater, questionar e refletir sobre suas ações, não se coaduna com a formação oferecida, baseada em regulamentos e condutas estabelecidas tradicionalmente.

Um curso de formação de soldados possui em média 250, 300 alunos, ou seja, uma heterogeneidade sociocultural, pelas origens, faixa etária, gênero, etc, o que deveria tornar o processo de formação rico, pela diversidade de experiências, que deveriam ser compartilhadas e valorizadas, como fundamentais e constituintes das atividades pedagógicas, como fica claro na Matriz Nacional. Entretanto, o ensino militar visa desconstruir este panorama diversificado em prol da homogeneidade, da uniformização, em uma palavra, da “padronização”.

Esta padronização fica demonstrada através dos diversos mecanismos de controle subjacentes e que constituem o mundo militar, como: Estabelecimento do nome de guerra, o fardamento, corte de cabelo e é claro, através das disciplinas comuns militarizadas que visam moldar padrões de comportamento.

Dessa maneira, forma-se um sujeito previsível cujo comportamento, mesmo às vezes revoltado com o sistema, estará condicionado de um modo e não de outro, contribuindo com um controle social mais eficaz, pois se trata de um corpo disciplinado. O que o aproxima muito das normas, gerando uma rigidez maior em situações de instabilidade ou mudanças bruscas.

Como podemos perceber pelos currículos explícitos e implícitos, não há, no ensino militar a intenção de discutir e ressignificar as situações incertas ou instabilidades, pelo contrário, existe a intenção de gerar seres capazes de “suportar” as incertezas e dificuldades existentes.

O Corpo de Bombeiros, assim como qualquer outra instituição possui uma missão, bem como, competências específicas que a caracterizam. Por isso, torna-se necessário entender o que vem a ser competência.

O termo competência pode assumir vários sentidos, dependendo do campo de estudo. Numa perspectiva mais ampla entendem-se competências como “um conjunto holístico e integrado, ou seja, um conjunto de elementos necessários à prática profissional em situações específicas” (DELUIZ, 2001a, p. 25).

A MCNSP carrega a intenção de desenvolver um conjunto de competências consideradas necessárias ao exercício das atividades na área de Segurança Pública, elegendo-as e separando-as em três grupos fundamentais: As competências operativas, as competências cognitivas e as competências atitudinais.

As competências cognitivas são aquelas “que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Elas habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar ciente de suas ações” (BRASIL, 2008, p.7).

É interessante notar que este conjunto de competências cognitivas foi relacionado à CBO (Classificação brasileira de ocupações), documento que descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Esta relação gerou um mapa de competências para as ações formativas dos profissionais de Segurança Pública, constante na Matriz, onde não há nada relacionado ao trabalho bombeiro militar.

O outro conjunto de competências a ser desenvolvido diz respeito às competências operativas, “que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente” (BRASIL, 2008, p.7).

Finalmente temos o conjunto de competências atitudinais que “são competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais: conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo; capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social” (BRASIL, 2008, p.7).

Ao colocarmos estas competências em relação ao projeto do CFSD BM 2009, percebemos os sinais da recontextualização oficial imposta pela diretoria de ensino

(DEI) do CBMPA, onde existe uma clara intenção em privilegiar as competências operativas, em detrimento das competências atitudinais, através da ênfase dada às capacidades técnicas, do desenvolvimento da atividade fim, bem como a execução das ordens emanadas pelas esferas superiores do comando da corporação.

Na perspectiva de ensino-aprendizagem apresentada pela Matriz, o ensino é entendido como um processo que requer uma ação intencional do educador para que ocorra a promoção da aprendizagem, com possibilidades, através da interação entre instrutor e aluno, de que o conhecimento e a apropriação da cultura elaborada possam ser constantemente construídos e reconstruídos, como podemos perceber em seu texto:

“Os processos de construção/reconstrução do conhecimento estão relacionados à capacidade de aprender continuamente e envolvem, dentre outras, as capacidades de análise, síntese, crítica e criação, a partir da exploração de diferentes perspectivas na interpretação da realidade, frente a desafios e situações problematizadoras relacionadas à área de atuação” (BRASIL, 2008, p. 25).

O documento também chama a atenção para o fato de que uma aprendizagem desorganizada costuma levar a formas de aprendizagem repetitivas, que acabam por comprometer a compreensão do que se está aprendendo. Logo, é necessária atenção para que os componentes de interação e que, são constantemente alvo dos projetos pedagógicos encontrem-se relacionados de forma sistêmica, ou seja, a relação entre o que se aprende, como se aprende e em que se aprende, precisa ser observada.

Tendo como parâmetro inicial de referência estas concepções, a Matriz oferece um referencial que chama a atenção para que o processo de ensino-aprendizagem não se resume a um conjunto de rotinas recicladas, mas que possam propiciar a constante elaboração e reelaboração do conhecimento.

No projeto do CFSD BM 2009, notamos a prevalência de disciplinas de caráter militar e disciplinas técnicas, específicas da atividade bombeiro militar. Esta ênfase é explicada pela necessidade de inserir o “paisano” no mundo militar e de fornecer a ele as competências necessárias ao desenvolvimento de sua função profissional, bem como seu papel na estrutura hierárquica da corporação, ou seja, estabelecer sua posição no campo e fornecer os limites de sua atuação.

Neste sentido, a formação dos Soldados Bombeiros Militares não se destina somente a ensinar os procedimentos tanto operacionais quanto administrativos atinentes

ao desenvolvimento profissional, também se ocupa em construir um padrão de comportamento que se encontra relacionado com seu papel institucional de executor, que se reflete na predominância de disciplinas militares e técnicas, em detrimento de disciplinas que ensejem o debate e a valorização de experiências anteriores que possam gerar desta forma, questionamentos que possam vir a contrariar a estrutura estabelecida histórica e culturalmente.

A Matriz trabalha com a ideia de integração das competências, logo se configura a prática profissional competente, como a possibilidade que o indivíduo possui de mobilizar e realizar combinações para resolver as questões pertinentes a sua realidade profissional, utilizando os saberes especializados que aprendeu em conjunto com seus conhecimentos anteriores. O desenvolvimento das competências estabelecidas pela Matriz não devem relacionar-se apenas com a execução de tarefas, mas também devem considerar o conjunto de capacidades de que dispõe o indivíduo.

Torna-se necessário então, que além de desenvolver as capacidades técnicas e profissionais, o soldado possa desenvolver a capacidade de um saber fazer responsável em termos atitudinais, mostrando-se capaz de atuar de forma humana e ética frente à sociedade e seus colegas de trabalho. Entretanto, esta característica não é privilegiada na formação dos soldados bombeiros, pois o projeto de curso apresenta uma perspectiva funcionalista, onde, segundo Deluiz (2001b, p. 5): “estabelecem-se normas de competência de trabalho, relacionados com os resultados laborais esperados, descrevendo produtos e não processos, ressaltando-se os produtos e não a forma como se fazem as coisas”.

Neste caso, as tarefas a serem desenvolvidas pelos soldados bombeiros convertem-se nas próprias competências, avaliadas pela observação direta e do desempenho, ou seja, o projeto do curso de formação de soldados se constrói com base em tais tarefas, reduzindo a aprendizagem à capacidade pura e simples de realizar tarefas. Ainda, de acordo com Deluiz (2001b) esta perspectiva obedece a uma lógica de mercado que acaba por descontextualizar e limitar a formação do trabalhador.

Este modelo atende a princípios de controle social e de distribuição de poder que constituem o contexto dos campos envolvidos no processo de formação dos Soldados Bombeiros Militares do Pará. Logo, analisar as repercussões oriundas da recontextualização da Matriz, bem como, as relações estabelecidas entre os campos

envolvidos para o desenvolvimento das competências estabelecidas, torna-se fundamental para discutir aspectos do discurso oficial e de que forma ocorre sua transformação para atender aos interesses e motivações dos representantes do campo. Recontextualizador oficial, que determinam os conteúdos válidos, legitimando o que deve ou não ser transmitido para manutenção do campo.

CAPÍTULO 3 – A DIRETORIA DE ENSINO E O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS

Neste nível, declarado por Bernstein (1996) temos o Campo Recontextualizador Oficial, onde irão ocorrer as ressignificações para utilização do conteúdo e das diretrizes pedagógicas da Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública.

Na figura abaixo podemos visualizar a estrutura existente entre os órgãos e atores sociais responsáveis pelo desenvolvimento do CFSD BM 2009. Nesta organização, ocorre a chegada da MCNSP, à Diretoria de Ensino, que por sua vez repassa à Divisão de Ensino, órgão executor responsável pela aplicação do curso, que elabora o Projeto Pedagógico e repassa aos instrutores as diretrizes e normas de execução para posteriormente, ocorrer o repasse aos soldados (adquirentes) que são o alvo das ações e diretrizes pedagógicas.

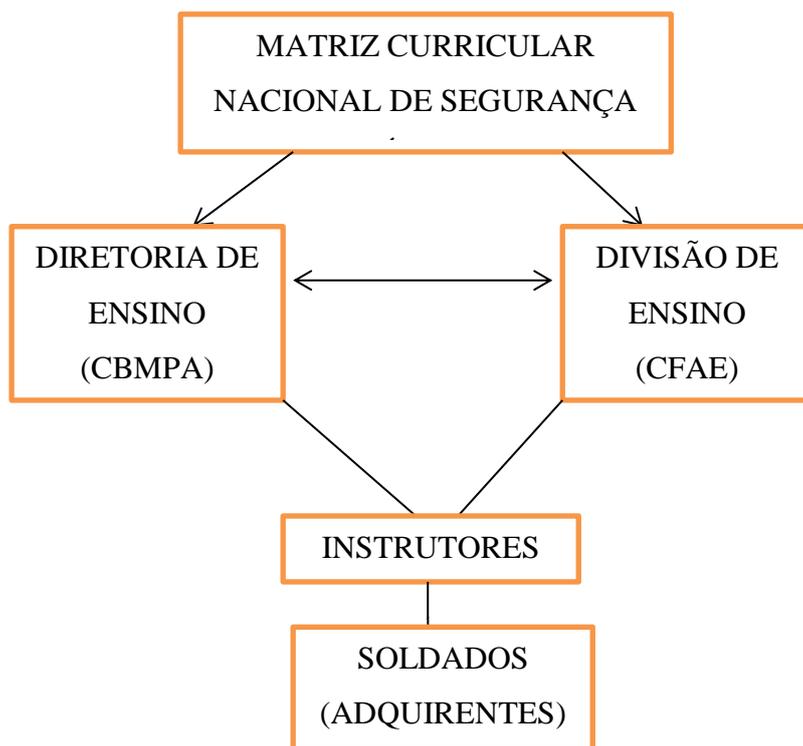


Fig 1.1 – Estrutura organizacional de ensino do CBMPA

Foram entrevistadas quatro pessoas que à época do Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares de 2009, participaram efetivamente do processo de planejamento, supervisão e execução do mesmo, sendo duas pessoas da Diretoria de

Ensino (DEI) do CBMPA e duas da Divisão de Ensino (DEN) do Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças (CFAE).

A Divisão de Ensino do CFAE é subordinada à Diretoria de Ensino do CBMPA, onde a segunda seria responsável pelas ações de planejamento e a primeira, pela execução, ou seja, pela efetivação do curso, devendo constantemente fornecer informações sobre seu desenvolvimento.

Neste campo ocorre a relocação do discurso oficial. De acordo com Bernstein (p. 91, 1996) “Quando um texto é apropriado por agentes recontextualizadores, ele em geral, sofre uma transformação antes de sua relocação”. Esse processo assegura que o texto não é mais o mesmo, pois:

1. O texto mudou sua posição em relação a outros textos, práticas e posições;
2. O próprio texto foi modificado pela seleção, simplificação, condensação e elaboração;
3. O texto foi reposicionado e refocalizado.

Aqui ocorre um novo posicionamento ideológico do texto no seu processo de relocação, e uma vez no campo, o texto “sofre uma transformação ou reposicionamento adicional à medida que se torna ativo no processo pedagógico” (BERNSTEIN, 1996, p. 92).

É importante destacar que o movimento realizado pelo discurso, de sua origem para outro lugar, produz uma transformação motivada pela influência da ideologia, pois se encontra sujeito às diversas visões de mundo, interesses políticos, econômicos, etc que estruturam o campo da recontextualização.

3.1– A DIRETORIA DE ENSINO DO CBMPA E A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Inserida na estrutura de gestão do CBMPA encontra-se a Diretoria de Ensino, responsável pelo planejamento e supervisão dos cursos oferecidos pela Instituição, em diferentes níveis (formação, aperfeiçoamento e especialização), sejam estes relacionados à praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes) ou à oficiais (tenentes, capitães, majores, tenente coronéis e coronéis).

Este órgão representativo do Campo Recontextualizador Oficial participa ativamente das discussões em torno da construção dos projetos pedagógicos dos cursos da corporação, além de regular os tempos, espaços e condições das ações formativas.

Logo, a Diretoria de Ensino do CBMPA, à partir da apropriação da Matriz Nacional de Segurança Pública, irá determinar aquilo que acredita ser importante para a formação dos soldados, de acordo com a peculiaridade regional e suas ideologias e influências políticas, econômicas etc. Utilizando seu discurso e transformando-o, de acordo com seus interesses e convertendo-o em projeto pedagógico ressignificado.

Por este motivo é fundamental consultar os agentes participantes do processo do Curso de Formação de soldados 2009, para conhecer suas características e analisar os desdobramentos oriundos das discussões realizadas na época e construir desta forma, parâmetros comparativos que nos permitam realizar uma análise sobre a repercussão gerada pelas ressignificações, bem como sua influência no desenvolvimento das competências estabelecidas como fundamentais para o soldado bombeiro.

Podemos verificar através das colocações dos membros da Diretoria de Ensino que, a Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública, não contempla o Corpo de Bombeiros, como fica claro nas palavras do Interlocutor 1:

Essa Matriz não se adéqua à formação exclusiva do Bombeiro [...] nós só adotamos algumas matérias de cunho que não é a essência da profissão”. A Matriz quer dar uma formação mais ampla pro cidadão, pro servidor público, mas que tem um peso muito pequeno na formação e na atuação do bombeiro [Interlocutor 1 da DEN].

É possível perceber o distanciamento do documento federal, da realidade do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, logo sua utilização como referencial teórico torna-se limitada. Outro ponto fundamental, é o fato do CBMPA não ter participado das discussões em torno da elaboração da Matriz, como fica explicitado nas palavras do membro da DEI:

Quando eu fui já tava aprovada a Matriz, foi informado apenas pra tomar conhecimento [...] já pegamos a Matriz pronta, sem ter a participação na elaboração [Interlocutor 1 da DEI].

A utilização da Matriz passa por um processo autoritário e dominador, através da imposição das diretrizes pedagógicas e de disciplinas específicas, condicionando as corporações de todo o país a adotarem o documento para poder ter acesso aos convênios da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), ou seja, não usar o documento

significaria ficar fora do orçamento da SENASP e, desta forma, ficar isolado das ações e dos investimentos oriundos da esfera federal.

Outro ponto fundamental e que constitui uma crítica à Matriz, se deve ao fato dela privilegiar o trabalho policial e não o serviço bombeiro, como fica claro nas palavras do Interlocutor 2 da DEI:

A gente via que algumas coisas dava uma puxada mais pra parte policial do que bombeiro teve muito esse debate [Interlocutor 2 da DEN].

Neste ponto, precisamos incluir a teoria do Dispositivo Pedagógico de Bernstein (1996) que diz que existem regras distributivas, recontextualizadoras e avaliativas, relacionadas aos campos estabelecidos por ele respectivamente como o Campo da Produção, o da Recontextualização Oficial e o da Recontextualização Pedagógica.

“As regras distributivas tem a função de regular a relação fundamental entre poder, grupos sociais, formas de consciência e prática e suas reproduções e produções” (BERNSTEIN, 1996, p. 254). Logo, marca e seleciona formas de consciência distribuindo diferentes formas de conhecimento, selecionando o quê determinado grupo terá acesso ou não. Estas regras criam um campo especializado de produção de discursos, com regras de acesso e controle do poder.

Aqui fica claro a relação de dominação da SENASP (Campo produtor) em relação ao CBMPA, através da imposição de princípios pedagógicos, teorias e disciplinas, desconsiderando a realidade local e conduzindo o CBMPA a gerar adaptações para adequar-se aos ordenamentos estabelecidos.

Como Campo Reprodutor Oficial, a Diretoria de Ensino com as regras recontextualizadoras, desloca o discurso de seu contexto original de produção, para seu próprio contexto, selecionando o que acredita ser mais viável, simplificando, condensando e reelaborando os direcionamentos, relacionando este com outros discursos “para constituir sua própria ordem e seus próprios ordenamentos” (BERNSTEIN, 1996, p. 259).

A Diretoria de Ensino, de acordo com suas necessidades, interesses e motivações, determina quais competências deverão ser priorizadas no processo de formação dos soldados bombeiros.

Em linhas gerais, o Campo Recontextualizador Oficial tem o objetivo de estabelecer um conjunto de conhecimentos específicos e práticas pedagógicas de regulação a serem transmitidas pelas escolas.

Após as imposições e o aceite da utilização da Matriz, a DEI irá elaborar o Projeto do Curso de Formação de Soldados Bombeiros, aqui verificamos uma relação com outra seção que compõe a estrutura de gestão de ensino da corporação, a DEN (Divisão de Ensino) do CFAE. Esta seção seria responsável pelas ações de execução do curso, elaboração de planilhas de pagamento de instrutores, além de organizar os quadros de instrução semanal, buscando cumprir os prazos estabelecidos em projeto para conclusão do curso.

3.2 – A DIVISÃO DE ENSINO DO CFAE

O Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização Major Bm Henrique Rubim (CFAE), é responsável pela execução dos cursos relacionados às praças da corporação (soldados, cabos e sargentos). Os cursos são realizados em suas dependências, no IESP (Instituto de Ensino de Segurança do Pará), além de outras instituições como, por exemplo, a Escola Superior de Educação Física (ESEF), que cedem seu espaço físico mediante ofícios encaminhados para tal.

Inserida na estrutura do CFAE, a Divisão de Ensino é subordinada a DEI do CBMPA, e responsável pelo acompanhamento do curso. Entretanto, como verificamos, o CFAE vem ao longo do tempo, acumulando as funções de execução, planejamento e supervisão. Em nosso caso específico o CFSD BM 2009, foi elaborado por esta seção, como fica explicitado na colocação do interlocutor 3 da DEN:

O Projeto do Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares Combatentes de 2009, foi elaborado pela Divisão de Ensino do CFAE [Interlocutor 3 da DEN].

E discorre sobre a função do CFAE e da DEN, bem como da acumulação de funções administrativas:

O CFAE, ele é um dos centros formativos do bombeiro do Pará, que visa a formação das praças. Então, dentro de uma estrutura organizacional definida, nós estamos subordinados à uma Diretoria (DEI). Diretoria essa que deve ser basicamente normativa e de planejamento e o CFAE de execução, mas assim, eu acho que por conta da necessidade, são problemas orgânicos, a DEI não tem tomado conta dessa parte do planejamento, na prática hoje nós estamos executando e ao mesmo tempo planejando e elaborando os projetos [Interlocutor 3 da DEN].

Neste sentido, o CFAE elabora os projetos e o representante da Divisão de Ensino apresenta os mesmos a DEI, que após apreciação irá apresentá-los a uma câmara técnica no IESP. Após esta apreciação, o projeto é encaminhado ao CONSUPE (Conselho Superior de Ensino do IESP), onde são realizados os últimos ajustes e a aprovação ou não dos mesmos.

Eles apreciam, outros dão sugestões, propõem, a gente discute, a disciplina, a carga horária, e aí estando tudo bem os conselheiros naquele momento vão apreciar, vão novamente fazer considerações, ah, tá bom e tal, Direitos Humanos tem isso, tem aquilo, tá atendendo a Matriz Curricular Nacional que pede que tenha tais disciplinas, como é que vocês vão trabalhar tais disciplinas. Então a partir do CONSUPE é dado sinal verde para a execução do curso [interlocutor 2 da DEN].

De maneira geral o que se verifica nestas reuniões é que o orçamento é um ponto fundamental, juntamente com o tempo de execução do curso para encaminhar os rumos de sua aprovação.

A gente sempre busca uma carga horária de 1000 h/a, aí quando chegava na DEI o Diretor queria cortar. Eles levam em consideração o valor, CFSD para o bombeiro é um dos cursos mais caros, ele é caro porque tem desde o uniforme, então isso conta. As discussões giram em torno de custo e tempo do curso [interlocutor 3 da DEN].

A vontade da escola na elaboração dos projetos é sempre fazer uma edição com uma carga horária maior, porque a gente ouve os instrutores, a carga horária tá insuficiente. A gente projetava um aumento, se era 800 h/a vamos projetar pra 1000 h/a, por exemplo. Quando passava pelos crivos, Comandante Geral, Diretor de Ensino, faziam as considerações e acabavam impondo algumas coisas. Geralmente eles olhavam o geral e diziam: Quanto era no curso passado? 800 h/a? porque tá 1000 h/a? Não, não, não, vai ser 800 h/a. Acaba que a gente não conseguia atender o que a gente gostaria [Interlocutor 2 da DEN].

Percebemos até o momento, uma ausência em torno dos reais objetivos do curso, o que almejar da formação do soldado? A carga horária total do curso e, sua discussão se encontra muito mais relacionada a questões orçamentárias e políticas do que pedagógicas.

Neste ponto verificamos uma nova realidade traçada com a adoção da Matriz Nacional, através da imposição de disciplinas, o que faz com que ocorram adaptações, exclusão de outras disciplinas, redução de carga horária por disciplina e de carga horária geral do curso, para atender as exigências, o que na visão dos interlocutores, causou prejuízo na formação:

Neste caso, as disciplinas operacionais acabavam sofrendo os cortes, elas cediam espaço, carga horária, pra que as outras pudessem ser inseridas. Mas eu digo que era um prejuízo duplo, porque as operacionais sofriam redução ao passo que os instrutores estavam pleiteando aumento, e as chamadas disciplinas humanísticas não tinham a carga horária necessária para atender [Interlocutor 2 da DEN].

Disciplinas como: História do Corpo de Bombeiros, Sistema de Segurança Pública, Relações Interpessoais e Psicologia Aplicada, houve uma época que gerou discussão e disseram bom, não pode ter as duas, dá pra ter as duas em uma só? aí acabou ficando Psicologia Aplicada e o professor tinha que trabalhar também Relações Interpessoais. Quando a disciplina não era retirada, era fundida de alguma forma com outra ou reduzida drasticamente sua carga horária. Com dor no coração éramos forçados a cortar [Interlocutor 2 da DEN].

Este processo demonstra as relações de poder existentes durante as discussões acerca do CFSD BM 2009. Logo, tais relações demonstram que:

O poder não existe de forma soberana prevalecendo de forma unilateral, pois dentro de uma correlação de forças, o poder suscita pontos de resistência, que estão presentes em toda rede de poder [...] O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 2002, p. 106;183).

3.3 – O CFSD BM 2009 E AS COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS PELA MCNSP

A noção de Competência passou a ser utilizada na Europa, a partir dos anos 1980. Tem sua origem nas Ciências da Organização, surgindo em função da crise do modelo taylorista/fordista, cujo auge ocorreu entre a segunda guerra mundial e o início da década de 70. No mundo contemporâneo, caracterizado pela Globalização da economia e pelo acirramento da competição, aparece a necessidade de melhoria da qualidade dos produtos e de flexibilização dos processos de produção e de trabalho.

Competência, em seus enfoques semânticos, apresenta como um de seus sentidos, “[...] qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa [...]”, assumindo assim, os significados da capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade”. (FERREIRA, 2004).

No caso das Ciências Sociais, as competências são vistas como conteúdos particulares das diversas qualificações em certa organização do trabalho. As

competências se referem a tarefas a serem executadas, as quais dependem de certos atributos, e esses elementos acabam por se relacionar com um contexto específico.

De acordo com Dubar (1999) a idéia de Competência encontra-se relacionada à capacidade de gerenciamento e relacionamento, ou seja, é muito mais do que ocupar um posto de trabalho, um cargo, se trata de uma participação ativa na busca de objetivos da instituição, onde ocorrem relações específicas, mediadas pelas relações educativas, que acabam por definir a socialização utilizada, as relações de organização, que definem a divisão do trabalho, bem como as formas de sua regulação.

Em relação à Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública, as competências (Cognitivas, Operativas e Atitudinais) e o Curso de formação de soldados de 2009, existem grandes possibilidades de análise.

Verificando o Projeto do CFSD BM 2009, é possível perceber a predominância em privilegiar competências técnicas, voltadas para a apreensão do fazer específico do soldado bombeiro, ou seja, a aquisição de habilidades voltadas para a prática profissional cotidiana de trabalho. Neste desenho curricular (Anexo A), as disciplinas de caráter técnico-profissional foram privilegiadas, e as disciplinas de caráter humanístico, foram suprimidas ou realizadas na modalidade EAD.

Fazendo uma relação com a MCNSP, pode-se inferir que as Competências Atitudinais, voltadas para o desenvolvimento pessoal, da conscientização, promoção de autonomia, entre outras, foram tratadas de forma secundária e concorrem diretamente para a manutenção do aspecto fundamental preceituado nos regulamentos da instituição, o fato do soldado bombeiro ser apenas um elemento de execução.

Esta definição do papel do soldado na escala hierárquica vem sendo alvo de constantes embates no Campo militar, onde os superiores buscam a manutenção de suas posições, estabelecidas através dos regulamentos e dos pilares básicos da Hierarquia e Disciplina, e os subordinados buscando possibilidades de melhoria, aquisição de direitos e posições privilegiadas, jogando e interagindo num campo moldado e mantido por eles mesmos, através do inculcamento, da disciplinarização e por um Habitus constituído desde seu ingresso na Instituição.

A “rede de relações objetivas” que Bourdieu; Wacquant (1995) descrevem, acontece e influencia diretamente o planejamento e a execução das ações formativas,

pois estas ações servem à manutenção do Campo, portanto, da ordem, estabelecendo a distribuição de poder e designando princípios de controle.

Podemos verificar nas falas dos interlocutores da DEN e da DEI, que durante as reuniões de planejamento para aprovação do projeto pedagógico do curso, o papel do soldado é referência para a discussão e posterior desenvolvimento do curso.

[...] para as Forças Armadas, cabos e soldados são elementos de execução, então eu não preciso que eles pensem, eu não preciso que eles tenham, por exemplo, uma visão tática do serviço, eu preciso só da visão técnica, que quando a gente instrui militares, o soldado aprende técnica, o sargento já começa a aprender tática e pra cima sempre tática [Interlocutor 2 da DEI].

Nós temos cabos e soldados comandando viaturas de resgate, por exemplo, nós começamos a partir de 2000 a ter essa visão na DEI, foi quando nossos processos internos começaram a ser feitos por entidades externas, a UFPA, por exemplo [Interlocutor 2 da DEI].

Eu ficava me perguntando, quando eu comecei a trabalhar com ensino, eu comecei a pensar, o que é que eu quero do soldado?; O que eu quero que ele faça?; o que eu quero que ele aprenda?. O que a gente discutia muito com os diretores de ensino é que eles queriam uma formação muito curta [Interlocutor 2 da DEN].

Outra discussão muito grande é que a Diretoria dizia que soldado não faz palestra, ele é executor, então ele nunca vai pra frente falar e tal, então não era um conteúdo que contasse pra ele. Sabendo da realidade dos quartéis do Estado, ele ministra palestra, ele dá aula, então porque ele não pode ver esse conteúdo? [Interlocutor 2 da DEN].

Notamos aqui a presença do que Bourdieu; Wacquant (1995, p. 71) chama de Capital (conhecimento) sendo distribuído desigualmente dentro do Campo, “materializando uma estrutura de dominantes e dominados, onde os interesses sociais são sempre específicos”.

A utilização da MCNSP, bem como suas competências, não são utilizadas e desenvolvidas com a ênfase e atenção que o documento federal classifica como fundamentais. Em alguns casos, pode-se destacar na fala dos interlocutores, que a MCNSP é desconhecida pelos membros da corporação.

Muitos nem sabem que existe Matriz Curricular, não sabem como é que funciona e só se preocupa às vezes em verificar o conteúdo programático. Às vezes o Comandante Geral pede uma revisão do conteúdo, porque ele quer diminuir a carga horária, o que se observa é atualização de valores [Interlocutor 2 da DEI].

Assim, não vou dizer que a Matriz é inútil, não, tem muita coisa que ela deu um norte [Interlocutor 2 da DEN].

Os questionamentos sobre o uso da Matriz Nacional para o Corpo de Bombeiros, os interesses políticos, orçamentários e ideológicos dos responsáveis pelas ações de planejamento e execução do projeto pedagógico do CFSD BM 2009, interferem no desenvolvimento da formação, ou seja, a ação do Campo Recontextualizador interfere, fazendo com que a obtenção das competências estabelecidas pela MCNSP, muitas vezes não sejam nem consideradas.

Para Dubar (1999) existe uma relação antagônica entre os termos de “qualificação” e “competência”, onde identificamos um conflito entre as concepções estabelecidas pela Matriz, onde a ideia de competência trabalha a profissão como algo que necessita de qualidades pessoais, que se configuram também como capacidades profissionais, adquiridas socialmente, de forma inata, sendo parte da personalidade do profissional. E a concepção fundada na ideia de “qualificação”, onde o conhecimento formal e institucional deve ser prioridade, através de conhecimentos jurídicos, como condição indispensável ao exercício da profissão. Esta perspectiva é baseada em saberes essencialmente disciplinares, que não podem ser alterados pelas mudanças das políticas educativas, sendo eminentemente técnico e científico.

CAPÍTULO 4 – OS INSTRUTORES DO CFSD BM 2009 E AS COMPETÊNCIAS DA MCNSP

Após o novo posicionamento ideológico do texto materializado no Projeto do CFSD BM 2009, o texto sofre uma transformação adicional na medida em que se torna ativo através das instruções. Este campo materializado em nossa pesquisa, pelos instrutores, entre outros aspectos, atua transformando o texto já transformado durante o processo pedagógico, ou seja, durante as instruções. Regulando com relativa autonomia o “quê” e o “como” do discurso, onde de acordo com Bernstein (1996, p. 277) o “quê” refere-se às categorias, conteúdos e relações a serem transmitidas, e o “como” se refere ao modo de sua transmissão.

Através da utilização do grupo focal, da interação grupal, foram coletadas as percepções dos instrutores do Curso de Formação de Soldados Bombeiros de 2009, acerca dos conceitos da Matriz, Competência, além do entendimento sobre a especificidade das competências Cognitivas, Operativas e Atitudinais, explicitadas pela MCNSP como fundamentais para a formação dos agentes de segurança pública, entre eles o Soldado Bombeiro.

Foram ouvidos durante a dinâmica, cinco instrutores do referido curso, sendo quatro militares e um civil, sendo, dentre os militares, um cabo, um sargento, um subtenente e um tenente. Promovendo uma ampla problematização, pela possibilidade de analisar as ideias e conceitos de maneira mais profunda. O estímulo ao debate entre os participantes permitiu um enriquecimento significativo acerca das discussões propostas.

Como já foi tratado, a Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública visa ser um referencial teórico-metodológico para as ações formativas dos agentes de segurança pública. Portanto, torna-se fundamental verificar até que ponto os instrutores acreditam que o documento norteia tais ações no Estado do Pará e até que ponto influenciou suas ações pedagógicas durante o CFSD/BM 2009.

Num primeiro momento, buscamos identificar nas falas dos instrutores, fatos que acreditam ser marcantes na definição dos rumos do curso e possíveis obstáculos a uma formação voltada ao desenvolvimento das competências da MCNSP.

Foi verificado que existem diferenças marcantes entre a doutrina “bombeiro militar”, caracterizada pelo respeito às normas regulamentares tradicionais e as ações pedagógicas estimuladas pela MCNSP. Um dos instrutores faz uma distinção clara entre doutrina e geografia, quando perguntado se há especificidade na formação às necessidades do Pará.

Creio que sim, até porque quando se fala de formação no Corpo de Bombeiros, atualmente, de uns anos pra cá, tem procurado nivelar, porque a doutrina “bombeiro militar” é muito parelha, então o que realmente faz a diferença são as regiões. Alguma coisa que se utiliza na Região Sul e Sudeste tem certa “parelha”, mas quando passa pra esse eixo aqui, Norte e Nordeste já é diferente [Instrutor Sargento Bombeiro].

E segue fazendo as comparações:

Vamos supor o clima, nós aqui trabalhamos com um clima quente e úmido, eles (sul e sudeste) numa estação fria, então algum tipo de uniforme, algum tipo de material, diverge do nosso [Instrutor Sargento Bombeiro].

Além desses pontos levantados pelo instrutor, entra em discussão a dependência do CBMPA em relação às regiões Sul e Sudeste, como referências na aquisição e desenvolvimento de técnicas, viaturas, equipamentos, etc, marcando claramente uma relação de submissão.

A Região Sul é uma região economicamente mais desenvolvida que a Região Norte, a questão da aquisição de materiais é bem variada [...] porque você tem muita situação assim, de que o point do material operacional do bombeiro tá aonde? Ele tá no Sul. Até pra você adquirir, fazer uma aquisição de viaturas na Região Norte você não tem, você tem que buscar no Sul [...] porque tem muito material que o Bombeiro vê aqui, mas ele não vê o material físico. Então é complicado pra você ministrar uma instrução com relação a um determinado material que o bombeiro não vai manusear, ou seja, quando esse material chega aqui já tá saindo de linha pra lá [Instrutor Sargento Bombeiro].

Neste ponto, é possível perceber, pela diferença de materiais, questões geográficas, etc, obstáculos à uniformização das ações pedagógicas, através da Matriz Nacional. Em contrapartida, nas palavras do instrutor percebe-se que a Doutrina militar da conta da uniformização e, portanto, representa um veículo muito forte e marcante na formação.

Na formação militar com a influência dos pilares fundamentais da Hierarquia e Disciplina, são desenvolvidas competências reativas, técnicas, voltadas para o exercício

do trabalho cotidiano. Para isto, a disciplina na formação militar é elemento fundamental, ela atua moldando e desenvolvendo padrões de comportamento. “A disciplina fabrica indivíduos, é uma técnica específica de um poder que toma os indivíduos, ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos do seu exercício” (FOUCAULT, 2002, p. 195). Além disso, de acordo com Rudnicki (2007, p. 132) “O ensino fica limitado à transmissão de fatos considerados verdades eternas e imutáveis, cuja repetição acontece até a memorização”.

Em seguida, outro instrutor, seguindo a linha das adaptações regionais destaca a importância de adequação à realidade do CBMPA:

Hoje nós temos no bombeiro isso, isso e isso, então nós vamos montar a disciplina com base no que nós temos aqui, porque a Matriz Curricular Nacional diz assim, “podendo fazer modificações”, então eu acho que o erro é aí, essas especificações pra cada região que não tá sendo feita [Instrutor 1º Tenente Bombeiro].

Em seguida entram em discussão as reuniões onde são definidas carga horária, orçamento, etc. Para os instrutores a questão orçamentária é central para as definições e rumos do curso, pois a carga horária insuficiente seria motivada pelo custo do curso e forçaria as adaptações no conteúdo, prejudicando as instruções e conseqüentemente a formação dos novos soldados.

Quando se faz o projeto de curso, ele vai pro CONSUPE pra ser aprovado, então você monta lá... o curso vai ser assim, assim, assim. É cercado de pessoas e nem sempre as pessoas que estão no CONSUPE entendem da área fim, é só pra dizer sim ou não, sempre passando pelo quê? Pelo orçamento. Quando você disciplina ou troca alguma coisa, é por causa de orçamento, não por causa de parte técnica, essa parte da Matriz Curricular Nacional, eu acho que o problema é esse aí. [Instrutor 1º Tenente Bombeiro].

Diminui a carga horária da disciplina porque não tem orçamento, aí já prejudica quem? Os alunos [Cabo Bombeiro].

A ementa das matérias vem no Projeto Pedagógico, eles jogam, vamos dizer uma ementa grande, com uma gama de assuntos e te dão uma carga horária pequena. Então por exemplo, a parte de Salvamento Terrestre, a parte de Combate à Incêndio, são matérias que tem um peso bem grande na formação do Bombeiro militar, mas aí te dão uma ementa desse tamanho (grande) e 50 h/a. [...] aí você vai cortando, o que ele não vai utilizar no dia a dia, não que ele não vai utilizar, que não é necessário, mas o que é mais relevante [Instrutor Sargento Bombeiro].

A gente tem que adaptar porque quando se escolhe no projeto de curso, a carga horária da disciplina, se visa todo um gasto orçamentário, pra ver se vai ser viável ou não. Nós temos que olhar a ementa e seccionar o que vai ser necessário dentro da

nossa realidade regional, e o que não for nós vamos adaptar [Instrutor Subtenente Bombeiro].

A partir deste ponto entra em cena a individualidade dos instrutores, onde cada um de acordo com suas experiências seleciona prioridades e escolhe conteúdos e formas de transmissão de acordo com aquilo que julga ser legítimo. São as marcas da Recontextualização Pedagógica, regulando a transmissão do discurso após a ação do Campo Recontextualizador Oficial que originou o projeto pedagógico do curso de formação de soldados a partir de uma lógica orçamentária, política e social. Essa iniciativa dos instrutores fica clara nos depoimentos a seguir.

Isso vai de instrutor pra instrutor, nós temos essa liberdade, de pegar a ementa e trazer pra nossa realidade [...] nós temos que equalizar, verificar a nossa necessidade, a nossa realidade e trabalhar com essa carga horária pequena [...] Então nós temos que ter essa preocupação, além de seccionar a parte teórica, intensificar na parte prática, porque vão ser esses militares que vão estar na rua prestando serviço à comunidade [instrutor subtenente Bombeiro].

Numa mesma turma, eu tenho 5, 6 pelotões, pode ser que eu seja instrutor de uma turma, ele de outra e ele de outra. Eu trabalho conforme eu acho que é importante, ele pode não achar como eu, ele pode usar, adaptar tudo de São Paulo, pode ser que eu ache que nada de São Paulo tá bom e não use, então uma turma forma diferente da outra [Instrutor 1º Tenente Bombeiro].

É marcante destacar o processo inter-relacional existente entre os Campos Contextualizador, da Recontextualização Oficial e da Recontextualização Pedagógica, com suas regras hierarquicamente instituídas, classificadas como Distributivas e Recontextualizadoras respectivamente.

As primeiras constituídas no Campo Produtor do discurso, com a função de regular as relações entre poder, grupos sociais, formas de consciência e prática mediante a distribuição de diferentes formas de conhecimento (BERNSTEIN, 1996, p. 58).

Quando este discurso passa pelo Campo Recontextualizador Oficial, este é deslocado de seu contexto original de produção sendo modificado. Portanto, ele é relocado de acordo com reordenamentos seletivos, criando um discurso pedagógico oficial, que como percebemos, devido as interferências relatadas pelos instrutores é ressignificado, gerando um novo produto, fruto das adaptações realizadas pelos agentes responsáveis em repassar o conhecimento estabelecido em projeto.

O Campo da Recontextualização Pedagógica, materializado aqui pelos instrutores do curso, regula o movimento do discurso, do contexto da reprodução oficial e o recontextualiza. Bernstein (1996) explica que um texto sempre sofre uma transformação ou reposicionamento adicional na medida em que se torna ativo no processo pedagógico. Logo, é possível distinguir dois tipos de transformação de um texto, a transformação dentro do Campo Recontextualizador e a transformação do texto já transformado no processo pedagógico, onde se desenvolve a prática pedagógica da escola.

Este fato é verificado na fala dos instrutores, pelas adaptações realizadas e também pela ausência de uma política de acompanhamento e supervisão pedagógica que fornece a “liberdade” para adaptar ou não os conteúdos e práticas, de acordo com a ideologia e experiência de cada instrutor.

Além disso, as críticas à utilização da Matriz para a profissão bombeiro, também se fazem presentes, devido ao fato deste documento possuir muito pouco do ofício específico em seu desenho curricular, fazendo com que a distância entre o projeto pedagógico do CFSD/BM 2009 e a MCNSP sejam consideráveis.

4.1 – OS INSTRUTORES E O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Torna-se necessário nesta parte, destacar o conflito existente entre os regulamentos internos militares e a Matriz Curricular Nacional, para podermos entender que a formação oferecida, ou seja, o quê e como é transmitido, sofre influência direta de tais normas, influenciando no tratamento dado ao alvo das ações pedagógicas, neste caso o soldado bombeiro.

Dizemos conflito porque nos regulamentos internos é destacada a função do soldado como elemento “meramente” de execução, de acordo com o Código de Ética da PM/PA e que também vigora no CBMPA. Entretanto, a Matriz privilegia outras competências responsáveis pela promoção da autonomia, da reflexão, do incentivo à pesquisa, da valorização dos saberes acumulados, etc. Neste sentido, existe uma luta sendo travada no Campo Militar estabelecido, onde persiste a busca pela manutenção do Habitus do soldado, como elemento executor, papel pertinente e útil à perpetuação da cultura institucional, e outra vertente que, através da MCNSP e suas diretrizes, estaria buscando uma abertura e ampliação das possibilidades de ensino. Portanto, é possível

visualizar elementos “ditos” e “ocultos” (FRANÇA, 2012, p. 63) dos discursos, revelando supostas contradições entre a mentalidade disciplinadora e a formação de um soldado mais autônomo e humanizado.

De acordo com Bourdieu; Wacquant (1995) O conhecimento é distribuído de forma desigual no interior do Campo, justamente para mantê-lo em conformidade com os interesses superiores. Logo, o discurso irá refletir os anseios tradicionais estabelecidos no jogo e na busca de poder, como podemos verificar nas colocações do instrutor.

Nosso Código de Ética, quando chega no Soldado tem só uma frase: Soldado é elemento de execução, ponto. Só que tem situações em que ele tá sozinho, então ele tem que ser preparado pra pensar e tomar atitude, então isso que tem que colocar no curso, que às vezes não é colocado pela questão militar [...] o indivíduo não consegue atuar porque ele não foi preparado pra isso, ele tem que ser preparado pra pensar na situação, e alguns instrutores se valem só dessa frase, “você é homem de execução, deixe que a parte de pensar aqui sou eu [Instrutor 1º Tenente Bombeiro].

Este modelo de militar almejado só pode ser conquistado à custa de uma formação rígida, marcada muitas vezes pelo esgotamento físico e psicológico, baseado na “pressão” imposta principalmente no período de adaptação e posteriormente durante o curso de formação.

A perpetuação acontece nos marcos de um processo educativo reprodutivo, no qual não há margem para o questionar, “ponderar” e transformar. O indivíduo deve ser incorporado à instituição, adaptado à ela (RUDNICKI, 2007, p. 133).

As competências na realidade militar são tratadas como uma “capacidade” técnica, formal, construída e calcada na repetição de procedimentos memorizados. Este panorama diverge da ideia de Competência tratada pela Matriz que pressupõe capacidades criativas, de auto-reflexão, responsabilidade e autonomia.

O que a gente tem observado de um tempo pra cá é que houve uma mudança [...] a resgate nossa, por exemplo, podem ter três soldados, alguém vai ficar à frente de qualquer situação, então tem que ter a capacidade pra chegar lá e agir né? Vai ter que alguém assumir a função de comandante e pensar no que fazer na hora [Instrutor Cabo Bombeiro].

Importante refletir até que ponto esta mudança colocada pelo instrutor, se deve ao fato de admitir que o soldado deva ter ampliadas suas possibilidades de atuação, refletindo uma mudança de paradigmas dentro da instituição, ou apenas demonstra uma carência de efetivo, o que obriga os quartéis a escalarem soldados conduzindo viaturas e

comandando durante as ocorrências, já que o último concurso para soldados foi justamente o realizado no ano de 2009.

Eu acho complicado dizer que todos os instrutores que vêm aqui, estimulam o bombeiro a pensar, porque como são vários alunos, 42 alunos por pelotão, também existem vários instrutores com cabeças diferentes, alguns arraigados ao passado, outros com uma mente um pouco mais aberta, que estimulam e orientam a pensar, porque alguns que vem dar instrução aqui são superiores até ao Comandante do CFAE, aí pra eu chegar e dizer, chefe não é assim é assado, quer dizer, eu esbarro no militarismo. Nosso medo enquanto instrutores é que eles (soldados) pensem demais, comecem a questionar algumas coisas que vão de encontro ao militarismo [Instrutor 1º Tenente Bombeiro].

Existe um conflito de Competências presente, entre a ação de executar as ações referentes à função do soldado bombeiro militar e a concepção mais aberta da MCNSP, onde os instrutores, representantes do Campo Recontextualizador Pedagógico, possuem certa liberdade para impor suas ideologias, selecionando aquilo que acreditam ser mais pertinente para a formação adquirentes (soldados).

4.2 – OS INSTRUTORES E AS COMPETÊNCIAS COGNITIVAS

As competências cognitivas, de acordo com a Matriz, privilegiam a capacidade do indivíduo de pensar de forma crítica, através do posicionamento de ideias, organizando e desenvolvendo o pensamento através da organização, agindo de forma comunicativa. Este conjunto de competências, de acordo com a MCNSP, é fundamental para o desenvolvimento de um soldado bombeiro mais consciente de seu papel.

As competências cognitivas são aquelas “que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Elas habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar ciente de suas ações (BRASIL, 2008, p.7).

Perguntados sobre esta perspectiva de ensino, voltado ao desenvolvimento de tais aspectos, os instrutores responderam, fazendo, em alguns casos uma relação com o passado, buscando justificar suas ações pedagógicas com base em comparações sobre o tratamento dado à formação em seu tempo e de que forma atuam para desenvolver tais competências.

Eu, quando ministro, geralmente eu procuro fomentar os trabalhos em grupo, porque isso aí passa pela necessidade dos militares exercitar suas funções, justamente quanto a esse pensar crítico deles e, muita gente se melindra com esse pensar crítico, os porquês, os “ponderadores”, mas porque eu tenho que fazer isso? Nós somos de uma época do “R quero”, ou seja, “Faça isso!” “Mas por quê?”, “Porque eu quero!”. Hoje

“você não enfia mais goela abaixo, você tem que fomentar nele o saber do por que daquilo ali e responder o porquê, tudo tem que ter uma finalidade, basta ter criatividade e saber delegar as funções [Instrutor Sargento Bombeiro].

Outro instrutor estimula os trabalhos em grupo, mas interfere na formação dos mesmos.

Eu costumo usar os trabalhos em grupo, sempre usar uma parte da verificação para trabalhos. Interfiro na formação dos grupos, conforme a formação de cada um, senão num grupo ficam só os mestrados e no outro os “coquinhos” [Instrutor 1º Tenente Bombeiro].

Nota-se que apesar de um discurso teoricamente mais moderno, ainda existem traços marcantes de controle. Aqui podemos inserir a definição de Discurso Pedagógico de Bernstein (1996) para explicar esse fato:

“O Discurso Pedagógico é uma regra que embute um discurso de competência (destrezas de vários tipos) num discurso de ordem social, de uma forma tal que o último sempre domina o primeiro” (BERNSTEIN, 1996, p. 258). Neste sentido, existe um “Discurso Instrucional (DI) que transmite as competências especializadas e um Discurso Regulativo (DR) que cria a ordem, a relação e a identidade especializadas”. Portanto, é possível perceber nas falas dos instrutores a presença de tais discursos, através da transmissão de competências especializadas, sendo constantemente reguladas de acordo com os papel e função a ser desempenhada pelo soldado bombeiro.

A aquisição das Competências Cognitivas são afetadas por este Discurso Regulativo, de ordem, que determina e seleciona o quê deve ser ensinado para privilegiar e fortalecer posições e papéis a serem desempenhados na estrutura vigente, ou seja, promove a manutenção do Campo, distribuindo de acordo com Bourdieu; Wacquant (1995) o conhecimento interessante à perpetuação dos papéis a serem estabelecidos no jogo desenvolvido dentro da estrutura construída e mantida por seus atores.

4.3 – OS INSTRUTORES E AS COMPETÊNCIAS OPERATIVAS

Este conjunto de competências prevê a aplicação do conhecimento em prática responsável e refletida, ou seja, converter as ações em um fazer consciente. Encontram-se relacionadas às habilidades consideradas técnicas e procedimentais e seus métodos.

As competências operativas, “preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente” (BRASIL, 2008, p.7).

Na relação entre teoria e prática, os instrutores demonstram preocupação, concedendo uma importância maior às atividades práticas como consolidadoras da aquisição do conhecimento tratado teoricamente.

Procuo passar a parte teórica, a parte de conscientização pra eles saberem o que eles estão fazendo, porque estão fazendo aquilo e pra que serve aquilo que eles estão fazendo. Porque não existe mais aquele militar robô, que vai só copiando o mestre, porque se eles ficarem conscientes de que aquilo é importante pra eles, vão executar com muito mais vontade e dedicação [Instrutor Subtenente Bombeiro].

Só vai saber se eles estão preparados quando ele cair lá no trem de socorro, na rua, no fogo, no braseiro, no acidente automobilístico, aí sim você vai ver se ele conseguiu absorver o conhecimento que foi passado na escola [Instrutor Cabo Bombeiro].

As colocações deste instrutor são confirmadas pela de outro, que relata as deficiências da formação.

[...] Hoje há uma deficiência da carga horária, pelo próprio gerenciamento da instituição. Hoje, o militar demora muito a entrar na parte operacional, nos estágios, ou seja, na minha época, há 24 anos, ele recebia o uniforme dele mais rápido, ele tinha uma vivência maior tanto na vida acadêmica quanto na profissional, quando saía da unidade escola, já saía bem mais preparado. Hoje eu não diria que a gente entrega preparado não, até porque quando ele chega no quartel, com suas peculiaridades, ele passa por um estágio específico [Instrutor Sargento Bombeiro].

Dentro da unidade escola, tinha o trem de socorro, não temos mais, com isso, todos os materiais pra serem manuseados no dia a dia foram tirados daqui, então tem que se deslocar pra outro quartel, pedir o material pra ver se tem disponível, na escola não tem [Instrutor Subtenente Bombeiro].

As Competências Operativas sofrem influência dos problemas relatados, na medida em que tais falhas proporcionam e obrigam os instrutores a adaptar e conviver com este panorama, que de acordo com o instrutor, configura-se como algo que perdura e constitui-se como algo de responsabilidade dos dirigentes da instituição.

Gerenciamento, mentalidades, porque hoje a unidade escola não tem o valor que deveria ter, porque é daqui que você tira a mão de obra bombeiro militar, a gente não tem o investimento devido. Você olha hoje a unidade escola, a própria estrutura física deixa a desejar, hoje você tem uma dificuldade muito grande em instruir o militar dentro da unidade escola [Instrutor Sargento Bombeiro].

Portanto, as consequências de tais problemas são a deficiente aquisição de tais competências durante o período escolar, fazendo com que o aprendizado seja condicionado muito mais por investimento teórico do que prático. Isto desloca aquilo que deveria ser aprendido na escola para um aprendizado feito no cotidiano de trabalho, pós-formado, realizado pelos “antigões”, com perspectivas diferentes da MCNSP, fazendo com que a cultura pregada tradicionalmente, continue sendo dominante no seio da tropa. Logo, o ensino deficiente de tais competências privilegiaria a manutenção da ordem vigente e de certa forma, promoveria uma recontextualização deste conjunto de competências, diminuindo sua amplitude de alcance, ressignificando as prioridades na formação dos soldados.

4.4 – OS INSTRUTORES E AS COMPETÊNCIAS ATITUDINAIS

Relacionadas à crenças e valores, estas competências estimulam a percepção por meio do desenvolvimento de potencialidades individuais, capacidade de interação e convivência.

São competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais: conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo; capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social (BRASIL, 2008, p.7).

A formação, apesar de ser realizada com fortes relações em grupo, através do estabelecimento de pelotões, também é marcada por um processo rígido de Disciplinarização, Foucault (2002), e estímulo a competição, onde o militar é condicionado a buscar sempre ser melhor que seus pares. Logo, os valores transmitidos no dia a dia da formação pela doutrina militar de ensino, constituem e inculcam valores e crenças divergentes daquelas propostas pela MCNSP.

O indivíduo é “convidado” a absorver um comportamento (habitus) que deve ser adotado não apenas durante sua presença na Escola de Formação, mas durante todo o dia e, a todo o momento, como fica claro nas palavras do instrutor. Grande parte do período de formação é dedicado a este fim, utilizando o corpo como elemento concreto da socialização, pois “aprendemos pelo corpo” (BOURDIEU, 2001, p. 172).

O habitus constitui-se então como “o meio pelo qual a instituição encontra sua plena realização” (BOURDIEU, 2009, p. 95). Neste ponto, o campo Recontextualizador

pedagógico, materializado na figura dos instrutores, em sua maioria militares, atua para obtenção de um *habitus* útil a manutenção do Campo militar.

O artifício da razão pedagógica reside precisamente no fato de extorquir o essencial sob aparência de exigir o insignificante, que constituem a manifestação mais visível da submissão à ordem estabelecida (BOURDIEU, 2009, p. 114).

[...] Ele não é bombeiro só fardado [...] tanto faz ele tá uniformizado ou não [Instrutor Sargento Bombeiro].

Este *habitus* constituído e naturalizado deve fazer parte da vida do indivíduo 24 horas por dia, trazendo consequências para suas relações em família e no trabalho. Fica claro, pela forma como se opera a formação, de maneira rígida, baseada em regulamentos internos tradicionais e pelas deficiências citadas, bem como das disciplinas estabelecidas como prioridade no projeto pedagógico do CFSD/BM 2009, que as competências atitudinais parecem não encontrar-se contempladas durante sua formulação, bem como em sua execução.

A ideia não de conviver, e sim de suportar as adversidades da vida, da construção de um padrão, da constituição de uma *héxis* corporal combatente, que aguenta tudo com determinação e força, onde a prioridade é sempre o serviço é muito presente ainda na corporação. Isto faz com que as outras facetas da vida do soldado bombeiro, sejam relegadas a segundo plano, interferindo na capacidade de conviver com conflitos, desenvolvendo dessa forma, dificuldades nas relações sociais estabelecidas, tanto interna como externamente ao ambiente de atuação profissional.

Muito pouco foi verificado nas colocações dos instrutores que pudesse ser relacionado a este conjunto de competências consideradas importantes para a formação dos soldados, o que demonstra a dificuldade que o ser militar possui em trabalhar tais questões relacionadas à forma de lidar com a família, a profissão e a sociedade, promovendo um isolamento que parece ser interessante aos propósitos da cultura institucional.

CAPÍTULO 5 – OS SOLDADOS E AS COMPETÊNCIAS DA MCNSP

O CFSD/BM 2009 foi realizado em 10 meses, de 18 de Maio do referido ano a 06 de Março de 2010. Durante suas atividades, os pretendentes à vaga ou cargo de soldados da corporação, foram alvo das ações pedagógicas e doutrinárias da equipe de coordenação e dos instrutores do curso. Foram ouvidos seis soldados da turma de 2009, sendo cinco homens e uma mulher.

Por constituírem-se como o foco do processo de ensino-aprendizagem, ouvir os soldados (adquirentes) torna-se fundamental para verificar e identificar as ressignificações e de que forma perceberam sua formação, além de verificar se em sua percepção, as competências estabelecidas pela MCNSP foram privilegiadas durante o curso, desde o estabelecimento do documento, passando pela construção do Projeto de Curso do CFSD/BM 2009 e chegando aos instrutores que conforme sua experiência e interesses moldaram e constituíram aquilo que acreditavam ser interessante para a formação do soldado bombeiro enquanto aquisição de conhecimentos.

Os soldados da turma de 2009 são o produto das significações e ressignificações estabelecidas pelos campos e evidenciadas na pesquisa. Portanto, através de suas colocações iremos observar e comparar as diferentes perspectivas entre a produção, a reprodução e a recontextualização.

Em relação à teoria e prática, o soldado começa a expor sua visão:

A Matriz fala que é um conjunto [...] Faltou um pouco assim, a nossa realidade, a prática, muita teoria sem praticar, acho que isso desfocou um pouco o curso [Soldado Bombeiro 1].

E segue falando a respeito dos instrutores:

Teve falta de preparo técnico de certos instrutores [Soldado Bombeiro 1].

Outro soldado aprofunda a questão e destaca o aspecto militar dos instrutores como um fator de interferência nas relações pedagógicas:

Em relação, por exemplo, a troca de conhecimentos que tinha entre os instrutores e nós, alguns passavam uma segurança, conhecimento e sabiam separar o momento, “agora é aula, sou instrutor”. Porque assim, os instrutores de formação militar, não permitem a gente fazer um questionamento, não era aceito, acabava impedindo a troca de conhecimento [Soldado Bombeiro 2].

É como se levasse para o lado pessoal, não que a gente estivesse questionando porque a gente não entendeu, mas tipo, querendo questionar ele como pessoa [Soldado Bombeiro 2].

O Instrutor tem que tá na sala de aula preparado pra passar conhecimento, o militarismo interfere nesse processo, a figura do militar é muito presente, ele não tira essa carga de militar pra ministrar instrução [Soldado Bombeiro 3].

É possível destacar nas colocações dos soldados, a presença marcante da doutrina militar, que pressupõe um processo de ensino-aprendizagem mais fechado, com fronteiras metricamente definidas, mecânico e repetitivo, com verdades previamente estabelecidas e com poucas possibilidades de interação e transformação, conduzida nos seguintes moldes:

A instrução é a atividade desenvolvida com a finalidade de manter e desenvolver o preparo individual [...] e para adestrar [...] para o cumprimento de suas missões específicas. A instrução é um instrumento de interação, aglutinação, coesão e revitalização da Corporação (DIAS, 2002, p. 187).

Este processo é verificado, pois, segundo Rudnicki (2007, p. 132) são utilizados durante sua formação, valores da Escola Clássica, onde “o ensino fica limitado à transmissão de fatos considerados verdades eternas e imutáveis, cuja repetição acontece até a memorização”. É um retrato do que acontece na Escola Militar, na qual os instrutores em regra, superiores hierárquicos, transmitem lições que devem, necessariamente ser absorvidas pelos subordinados, buscando um padrão físico e comportamental, descrito assim nas palavras de Castro (1990, p. 45-46) “O militar é caracterizado por entonação de voz clara e firme, o olhar direcionado para o horizonte, e não para baixo; uma postura correta e não curvada; certa densidade corporal, tônus muscular [...] e o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia”.

A MCNSP, com suas diretrizes pedagógicas visa ser um referencial das ações de formação. Entretanto, a formação militarizada pode configurar-se como elemento limitador da obtenção das competências Cognitivas, Operativas e Atitudinais propostas, por não se coadunarem com o propósito ressignificado da formação do soldado, estabelecido em regulamentos, como elemento meramente executor.

De acordo com Rudnicki (2007, p. 133) O ensino militar “deseja homens preparados para, conforme os manuais, atuarem no mundo da vida real”, negando a possibilidade de uma ação refletida. A perpetuação acontece nos marcos de um processo

educativo reprodutivo, no qual não há margem para questionar, “ponderar” e transformar. O indivíduo deve ser incorporado à instituição, adaptado a ela.

Confirmando esta ideia, Poncioni (2005, p. 586) afirma que “não obstante, nas últimas duas décadas terem se verificado inovações na área da formação profissional, poucas iniciativas lograram sucesso no sentido de implementar mudanças efetivas nas práticas e procedimentos dominantes, inscritos em um padrão de desempenho que se traduz na ineficácia dos resultados obtidos”.

5.1 – AS COMPETÊNCIAS E OS SOLDADOS BM 2009

A formação dos soldados bombeiros militares de 2009, e seu projeto pedagógico, visam a construção de um profissional técnico, apto a executar as missões estabelecidas de acordo com sua função estabelecida em regulamento. Entretanto, os relatos demonstram que, para 50% dos soldados da turma de 2009, o curso foi considerado regular, onde, a doutrina militar, a falta de prática durante o curso e a estrutura precária do Centro de Formação, relatada durante a aplicação do grupo focal e reafirmada no preenchimento dos formulários, configuram-se como fatores de interferência no desenvolvimento de competências.

Neste sentido, todos os soldados relataram não ter acesso ao projeto do CFSD BM 2009, ou seja, alegaram não conhecer o documento, limitando suas informações somente em relação às ementas de disciplinas disponibilizadas pelos instrutores do curso. 90% dos soldados participantes da pesquisa concluíram ou estão em processo de conclusão de curso de nível superior.

As competências Cognitivas, Operativas e Atitudinais, orientadas pela MCNSP deveriam balizar os conteúdos e as práticas durante o curso. Através das falas dos soldados (adquirentes), é possível verificar se esta perspectiva tratada no documento federal foi ou não atendida.

Perguntados sobre o desenvolvimento de competências, verificamos uma distância entre o conhecimento tratado em curso e aquele desenvolvido depois de formado.

Eu acho que a gente já veio desenvolver essa competência, agora depois de formado, quando a gente teve já um pouco mais de liberdade pra agir, porque durante a escola, realmente a gente não tinha autonomia pra nada, nem pra andar fardado, porque a

gente não tinha a competência pra agir aí fora. Depois que a gente se formou, que a gente começou a correr atrás, Por exemplo, eu digo que aprendi matéria de bombeiro operacional 10% ou até menos na escola, o resto eu corri atrás depois que eu me formei, hoje eu tenho um conhecimento razoável em matéria de bombeiro, mas foi porque eu corri atrás, a instituição, a escola, não me deram suporte pra isso, então eu fui desenvolver competências [Soldado Bombeiro 4].

A figura do soldado executor, expressa no Código de Ética, é considerada pelos soldados como um fator limitador da troca de conhecimentos e conseqüentemente do desenvolvimento das competências abordadas.

O que me chama atenção no artigo, me chama atenção não, me indigna, é que a gente vê “meramente” de execução. Agora imagine eu num atendimento, eu tenho que tá perguntando, eu faço isso, faço o quê? . Então eu vejo que precisa mudar essa mentalidade, que eu tenho que chegar lá e fazer, tipo eu vejo uma vítima passando mal, tenho que executar tudo que eu tenho como conhecimento [Soldado Bombeiro 2].

Os relatos demonstram que, para metade dos soldados da turma de 2009, o curso foi considerado regular, onde, a doutrina militar, a falta de prática durante o curso e a estrutura precária do Centro de Formação, relatada durante a aplicação do grupo focal e reafirmada no preenchimento dos formulários, configura-se como fatores de interferência no desenvolvimento de competências.

5.2 – OS SOLDADOS E AS COMPETÊNCIAS COGNITIVAS

A capacidade de pensar de forma crítica, através do posicionamento de ideias, de forma organizada e desenvolvendo o pensamento, agindo de forma comunicativa, constituem-se em um conjunto de competências estabelecidas pela MCNSP como fundamentais para todos os agentes de segurança pública, inclusive os soldados bombeiros.

Entretanto, as peculiaridades do ensino militar, na opinião dos soldados, interferem no desenvolvimento de tais competências.

Mais uma vez vai cair na questão do militarismo, isso é que o militarismo limita pra gente. O instrutor aqui na frente põe uma barreira, só a presença dele cria uma barreira [Soldado Bombeiro 1].

Quando se fala em militarismo, não se fala em conhecimento adquirido através da interação, o professor, ele fala, tu só observa [Soldado Bombeiro 6].

O conflito observável entre os atores e o predomínio de uma vontade sobre a outra fornecem a evidência necessária e suficiente para que uma relação seja identificada como uma relação de poder. Nesses casos conseguimos observar um determinado agente contrariado, forçado por meio de ameaças a fazer aquilo que de outro modo não faria. Esse agente, caso questionado acerca de sua situação, certamente não hesitaria em reconhecer-se como dominado (PERISSINOTTO, 2007, p. 13).

A educação militarizada diverge dos princípios tratados pela MCNSP, pois visa a construção de um papel profissional, baseado na disciplina como meio de socialização, pois de acordo com Durkheim (2008, p. 46) “a disciplina com efeito, tem por objeto regular a conduta; ela pressupõe ações que sempre se refletem em condições determinadas”.

Nós tivemos professores civis, tivemos uma professora e é outro tratamento, foi totalmente diferente. A única hora que a gente se sentia mais contido na aula dela era quando entrava um militar pra ver se tudo estava correndo normal, aí quando ele saía, tranquilizava de novo [Instrutor Soldado Bombeiro 5].

Neste sentido, o entendimento sobre o Discurso Regulativo (DR) e o fato deste, ser predominante, nos ajuda a compreender as colocações dos soldados. De acordo com Bernstein (1996, p. 260) “todo discurso pedagógico cria uma regulação moral das relações sociais de transmissão/aquisição, isto é, regras de ordem, relação e identidade, e que essa ordem moral é anterior à transmissão de competências e uma condição para essa transmissão”.

Logo, existe uma discussão em torno do tempo destinado durante a formação para a construção de um *habitus* militar e a obtenção das competências estabelecidas pela MCNSP. Tais competências foram formuladas no Campo da Produção e, no Campo Recontextualizador, sofrem uma transformação ocasionada pelos objetivos, pela doutrina e pelos preceitos militares dominantes durante o curso.

O Discurso Pedagógico é, pois um princípio/discurso recontextualizador que embute a competência na ordem e a ordem na competência ou, mais geralmente, o cognitivo no moral e o moral no cognitivo (BERNSTEIN, 1996, p. 261).

Dessa forma, a ordem, a relação e a identidade na transmissão da instrução (Discurso Instrucional), estão embutidas nos discursos de ordem, relação e identidade do Discurso Regulativo, que de maneira predominante regem a forma e os objetivos da instrução, fazendo com que o fator moral e doutrinário ressignifique e contemple os interesses do contexto local de formação.

5.3 – OS SOLDADOS E AS COMPETÊNCIAS OPERATIVAS

Este conjunto de competências é responsável pela conversão das ações, aplicação do conhecimento transmitido em uma prática executada com responsabilidade, consciente e refletida. Estas competências encontram-se relacionadas com as habilidades consideradas técnicas e administrativas, traduzidas através de procedimentos estabelecidos e seus métodos.

Novamente entra em cena, o aspecto do ensino militar, o papel estabelecido em regulamento para os soldados como elementos executores somente, além da falta de estrutura do Centro de Formação de Praças (CFAE) e da falta de prática na utilização de equipamentos, ou seja, pouco treinamento para viabilizar o desenvolvimento, como relatado pelos soldados.

Se você só faz uma vez e não pratica, você não consegue desenvolver [Soldado Bombeiro 3].

A gente acaba esbarrando naquela questão anterior de falta de estrutura, o AFT fui saber agora, porque eu tô tirando serviço de incêndio, fui utilizar efetivamente o equipamento ontem, porque a gente não tem material suficiente pra usar. Não, a gente só aprende na apostila, nos manuais e depois que a gente forma, a gente vai só conferir se tá lá o material [Soldado Bombeiro 2].

Não existe na corporação, nem durante a formação e nem após formado, a preocupação com o treinamento [...] mas no geral, na escola de formação não tem [Soldado Bombeiro 2].

Sobre a relação Prática e Teoria, aqui a formação não te dá competência técnica profissional, mas a gente aprende o militarismo. O curso de formação não me qualifica nitidamente como profissional [Soldado Bombeiro 1].

Neste sentido, percebemos que o panorama apresentado contribui para ressignificações e adaptações na forma como são conduzidos os caminhos do curso, seu discurso e seus objetivos.

Bernstein (1996) distingue duas modalidades de teorias de instrução, uma orientada para a lógica da transmissão e a outra para a lógica da aquisição. “A primeira privilegiará desempenhos hierarquizados, enquanto a segunda privilegiará as competências partilhadas do adquirente” (BERNSTEIN, 1996, p. 266).

Fica claro que a formação dada aos soldados segue a lógica orientada pela transmissão, onde o conhecimento é selecionado de acordo com a posição hierárquica,

com as funções regulamentares e com vistas à perpetuação de uma ordem estabelecida histórica e socialmente. Enquanto que a MCNSP, privilegia através do reconhecimento do saber anterior, de uma postura responsável e crítica, a lógica da aquisição, levando em consideração os saberes anteriores dos soldados.

Esta relação antagônica demonstra a distância existente entre a proposta do Campo da Produção, materializada na Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública e o Campo Recontextualizador Pedagógico, representado pelo Centro de Formação de Praças e pelos instrutores do CFSD/BM 2009, onde ocorre a impressão de novos significados, obtendo um produto diferente do pretendido pelos produtores.

A predominância do ensino em formar militares antes de formar profissionais técnicos parece influenciar tais adaptações, ou seja, a geração de um habitus pertinente e útil à realidade interna do Campo Militar da corporação parece superar a intenção de gerar indivíduos autônomos, críticos, com poder de iniciativa, criativos, etc. Logo, percebe-se o interesse em manter o ensino nos mesmos moldes, uma vez que isto é interessante para a manutenção da ordem, regulando as relações, promovendo o respeito à hierarquia e disciplina militares e permitindo a sobrevivência do Campo.

Este panorama fica explícito na fala do soldado, quando perguntado sobre como percebia esta relação Militar X Técnico-profissional:

Vamos colocar um percentual, mais fácil de entender, 10% Bombeiro, 90% militar [Soldado Bombeiro 5].

Pode-se inferir que a formação do soldado bombeiro do Estado do Pará parece estar muito mais voltada para o desenvolvimento de um “ser” militar, do que de um Bombeiro técnico, treinado de acordo com as diretrizes da MCNSP, dotado da capacidade de resolução de problemas, do cumprimento consciente de suas missões e com um posicionamento mais reflexivo e responsável.

5.4 – OS SOLDADOS E AS COMPETÊNCIAS ATITUDINAIS

As Competências Atitudinais visam estimular a percepção da realidade por meio do desenvolvimento das potencialidades individuais, capacidade de interação e capacidade de conviver. Este conjunto de competências encontra-se relacionadas a valores e crenças.

Neste ponto entram em discussão, questões relativas à família, a profissão e Sociedade e de que forma estas relações são trabalhadas durante o curso. É necessário dizer que as competências atitudinais estabelecidas pela MCNSP, estão em consonância com os Pilares da Educação, Aprender a Ser e Aprender a Conviver. Portanto, discutir e trabalhar de forma responsável estes aspectos, estabelecendo limites e ajudando os soldados a discernir e separar o momento do trabalho, as relações familiares e sua atuação social como momentos distintos, tornam-se importante no processo de inserção no contexto profissional do Bombeiro.

Porém, a fala dos soldados bombeiros de 2009, revelam conflitos nessa relação, onde muitas vezes o que é repassado é que o serviço vem sempre em primeiro lugar, em detrimento da família por exemplo.

É muito complicado o que se ensina aqui na Escola nessa relação família, profissão e Sociedade, porque o que eu aprendi é que a profissão tá acima da minha família e do social [Soldado Bombeiro 2].

Aqui existe um jargão: “A prioridade é o serviço” [Soldado Bombeiro 4].

A ideia de que a profissão está acima de outros núcleos de convivência parece ser reforçada pela Disciplinarização imposta durante o curso. Além das funções regulamentares que se estabelecem a partir do momento em que o indivíduo encontra-se fardado e em via pública, deve agir e portar-se de acordo com sua posição, ou seja, deve se comportar como bombeiro militar permanentemente.

Outro ponto importante e que parece fazer parte da doutrina imposta é a ideia de suportar as adversidades. Logo, o militar deve ter resistência, não apenas física, mas emocional, devendo acostumar-se a sua nova realidade, com poucas perspectivas de mudança, ou seja, deve adaptar-se a sua nova condição, sua nova vida, caso contrário de vê procurar novas opções e deixar a instituição. Isto fica claro nos exemplos citados pelos soldados.

A gente ouve muito comandante dizer: “é muito melhor tá aqui do que lá na Yamada”, por exemplo. Só que eu parto do principio que a minha vida não tem preço, então quanto mais eu buscar minha melhoria melhor [Soldado Bombeiro 6].

Este pensamento é estimulado pela forma como se opera a carreira, as perspectivas de crescimento e de valorização profissional, além das condições de trabalho e estrutura dos quartéis onde são realizadas as atividades profissionais após a

formação oferecida. Logo, a relação dos soldados com sua profissão encontra-se imersa em uma atmosfera de desencanto, não com a profissão em si, mas com a possibilidade de ascensão, desenvolvimento e políticas voltadas para a geração de um panorama mais otimista e transformador que, pelo menos neste momento, não parecem fazer parte do cenário político e parecem motivar a constante saída de soldados da corporação, apesar da afinidade criada com o ofício.

A visão social que a população tem do bombeiro é deturpada e, pras pessoas que já estão aqui há muito tempo já é negócio, o cara já se acostumou, se acomodou. Pra gente que tá recente, a gente é praticamente obrigado a seguir outro caminho, porque se a gente olhar o padrão de 30 anos, a gente não vai ter boas expectativas [Soldado Bombeiro 4].

A nossa turma, são cerca de 400, eu parei de conferir quando estava em 60 militares da nossa turma que haviam saído via concurso público, saíram mais 10 esse ano, então eu já estou desatualizado, isso já mostra o nível de satisfação [Soldado Bombeiro 2].

Eu nunca pensei em ser bombeiro, mas depois que eu entrei aqui me identifiquei muito, gosto muito do que eu faço, sou bom no que eu faço, mas infelizmente a minha prioridade daqui por diante é sair daqui, porque eu não tenho um plano de carreira bom, sou promovido daqui a 10 anos, faltam 5, não tenho incentivo pra trabalhar, não tenho materiais adequados pra trabalhar, não temos capacitação profissional [...] Só quem tá carregando essa farda sabe o peso que ela tem aí fora. Então é complicado ficar num local em que você só é cobrado, você não tem retorno de nada, nossa remuneração pro que a gente faz, pra responsabilidade que a gente tem é uma discrepância muito grande [Soldado Bombeiro 4].

Neste sentido, enquanto a Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública prega um universo voltado para o desenvolvimento da capacidade de interação, através do posicionamento de ideias, para a construção e transformação da realidade apresentada. O panorama militar apresentado, as perspectivas de carreira, entre outros aspectos já citados, parecem ser fatores que fazem, na perspectiva dos participantes da pesquisa, com que os soldados desenvolvam uma atitude refratária ao contexto apresentado, levando-os à acomodação, a desmotivação, etc.

A ideia de suportar o contexto apresentado e encontrar-se impotente diante do mesmo, sustentado por um modelo militar de ensino e organização, apresenta-se contraditório em relação ao conjunto de Competência Atitudinais apresentados pela MCNSP. Importante destacar aqui, que o documento federal, não leva em consideração este contexto militarizado de ações pedagógicas o que faz com que as marcas da recontextualização sejam muito marcantes e façam com que a distância entre as

intenções contidas na Matriz encontram-se muito distantes das intenções do CFSD/BM 2009.

6 - CONCLUSÃO

A estrutura existente entre os órgãos e atores sociais responsáveis pelo desenvolvimento do CFSD BM 2009, promove ressignificações significativas, no desenvolvimento das Competências (Cognitivas, Operativas e Atitudinais).

O processo ocorre com a chegada da MCNSP, à Diretoria de Ensino, órgão responsável pelas ações de planejamento e supervisão que estabelece uma relação com a Divisão de Ensino do CFAE, órgão executor responsável pela aplicação do curso, que elabora o Projeto Pedagógico (que deveria ser responsabilidade da DEI), e repassa aos instrutores as diretrizes e normas de execução para posteriormente, ocorrer o repasse aos soldados (adquirentes) que são o alvo das ações e diretrizes pedagógicas.

A aquisição da Matriz como referencial teórico é ressignificada pela Diretoria de Ensino que, em conjunto com a Divisão de Ensino do CFAE e influenciada por fatores políticos, econômicos, duração do curso, regulamentos e doutrina militares, estrutura física e disponibilidade de equipamentos e materiais, entre outros aspectos, elabora o projeto do CFSD BM 2009.

A Diretoria de Ensino do CBMPA sem ter participado da elaboração da MCNSP, a utiliza de forma incipiente, buscando inserir no desenho curricular do curso, as disciplinas tratadas pelo documento federal como obrigatórias. Durante esta inserção, são levados em consideração o papel do soldado como elemento de “execução”, que de acordo com a DEI deve possuir prioritariamente uma visão técnica do trabalho, uma visão mais “micro” de sua atuação, enquanto que o oficial deve possuir além desta perspectiva, uma visão tática (macro).

Acontece a transferência da elaboração do projeto do CFSD BM 2009 à DEN do CFAE. Entretanto, após a elaboração do referido projeto, ocorre a apreciação do mesmo em uma reunião chamada de câmara técnica, para posterior apresentação ao CONSUPE, onde ocorrem discussões motivadas principalmente, por questões orçamentárias, relacionadas à carga horária total e carga horária por disciplina, priorizando as disciplinas operacionais em detrimento das disciplinas de caráter humanístico, relegando as últimas à modalidade EAD como é o caso de Direitos Humanos, por exemplo. Logo, inferimos que o desenvolvimento das competências eleitas, não se

configura como foco da reunião, ocorrendo neste caso, atualização de valores e carga horária, visando um curso mais curto e com o mínimo de custo possível.

Este procedimento promove transformações no desenvolvimento das ações, pois para inclusão de tais disciplinas tornam-se necessárias adaptações na carga horária total e por disciplina, afetando o desenvolvimento tanto das disciplinas consideradas de caráter técnico-profissional quanto daquelas de caráter relacional e humanístico.

Após as discussões e posterior aprovação do curso no CONSUPE, bem como de todas as fases do concurso público, a DEN do CFAE seleciona os instrutores de acordo com a conveniência, disponibilidade, levando em consideração, no caso das disciplinas técnico-profissionais, cursos especializados na área de atuação da disciplina, além de sua posição hierárquica.

Ocorrem que, estes campos são representados por grupos de poder, que possuem por sua vez, diferentes interesses, refletidos por projetos políticos, origens, concepções sociais, de ensino, etc. Logo, este contexto, influencia diretamente na aplicação e elaboração dos currículos e das intenções formativas dos agentes de segurança pública. Essa luta e concorrência passam por uma série de estratégias empregadas pelos agentes sociais, pois na cadeia de sucessão de cada campo existe uma dinâmica de conservação e mudança contínua. Isto cria espaço para estratégias de conservação, levadas a cabo por aqueles, que naturalmente, dentro da dominação social em vigor, têm maior probabilidade de fazer valer seus critérios e pontos de vista.

A maioria dos instrutores desconhece a Matriz e, em alguns casos, o próprio projeto do CFSD BM 2009, recebendo somente, a ementa da disciplina onde constam os conteúdos a serem desenvolvidos durante sua execução. Este desconhecimento da proposta geral de ambos os documentos, influencia no desenvolvimento do curso, pois será condicionado apenas pela ementa da disciplina, que muitas vezes não é contemplada pela carga horária considerada insuficiente pelos instrutores, que acabam por reproduzir aquilo que já ministraram em cursos anteriores ou devido à carência de equipamentos e materiais, realizam cortes, elegendo aquilo que consideram ser mais relevante para a formação do soldado.

O ensino é condicionado pela manutenção das relações de classe, ou seja, relacionado ao papel executor do soldado, influenciando o desenvolvimento, tanto das

competências tidas como prioritárias pelo organismo militar, quanto daquelas tratadas pela MCNSP como fundamentais.

Nas falas dos instrutores, fica claro a presença de uma “doutrina bombeiro-militar”, responsável pela uniformização de procedimentos e atitudes. Muito pouco se percebe nos discursos, sobre o desenvolvimento das competências eleitas pela MCNSP, pois de acordo com as características da formação oferecida, o que parece ser primordial ainda é a questão da ordem. Logo, se a forma disciplinar tradicional ainda é a forma utilizada na formação militar para gerar indivíduos para uma nova vida dentro da instituição, significa que as significações impostas pela MCNSP encontram resistência no sentido de promoverem mudanças efetivas na dinâmica de ensino do CBMPA.

As competências na realidade militar são tratadas como uma “capacidade” técnica, formal, construída e calcada na repetição de procedimentos memorizados. Este panorama diverge da ideia de Competência tratada pela Matriz que pressupõe capacidades criativas, de auto-reflexão, responsabilidade e autonomia, ou seja, o desenvolvimento das competências eleitas pela MCNSP, não é fator central de relevância durante a execução do curso.

Esta base doutrinária militar influencia de maneira negativa a aquisição e o desenvolvimento de tais competências, além de privilegiar a construção de um Habitus militar, com suas peculiaridades úteis à manutenção das bases culturais da instituição, em detrimento do desenvolvimento de um profissional autônomo, crítico e criativo. Portanto, a Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública, referencial das ações de formação, deveria ser utilizada como eixo principal da formação dos soldados. Entretanto, verificamos na fala dos representantes dos diversos campos designados pela pesquisa, que a qualificação profissional através da aquisição de competências, em especial as eleitas pela Matriz, não se configura como ponto central na formação dos soldados bombeiros.

A manutenção da ordem e, o ensino voltado e pautado nas relações de classe, nos regulamentos e doutrina militares tradicionais, ainda persiste na prática e teoria da dinâmica de ensino-aprendizagem, onde o ato de questionar, propor sugestões, não é bem visto pelos superiores hierárquicos, prejudicando a formação do agente pretendido pela Matriz.

A disposição de disciplinas de caráter militar, juntamente com as de caráter técnico, é privilegiada durante o processo de formação, enquanto disciplinas de caráter humanístico, como Ética e Cidadania, Psicologia Aplicada, Direitos Humanos e Relações Interpessoais, possuem carga horária reduzida para sua aplicação e, em alguns casos como Direitos Humanos, por exemplo, são transferidas para modalidade EAD, demonstrando inclusive, nas falas dos interlocutores através de questionamentos, a sua validade dentro do processo de ensino-aprendizagem.

Da mesma forma, os soldados do CFSD BM 2009, desconhecem tanto o conteúdo da Matriz Curricular Nacional, quanto o do Projeto pedagógico do curso em questão, tendo acesso somente à ementa das disciplinas, afirmando, através das deficiências já citadas, que não conseguiram desenvolver as competências eleitas pela MCNSP, inferindo que o curso se preocupa muito mais em formar militares do que profissionais técnicos.

O desenvolvimento do ofício de bombeiro acontece depois de formado, nas unidades nas quais os soldados são classificados, o que promove a manutenção das bases culturais da instituição, na medida em que os soldados recém-formados serão socializados de acordo com a lógica dos chamados “antigões”, reproduzindo uma lógica tradicional de comportamento.

O processo de ressignificação que se desenvolve na formação dos soldados bombeiros militares do Pará age desta forma, descaracterizando os objetivos da Matriz Nacional, em prol de um profissional obediente e reativo, executor e lacônico, algo muito dissonante do trabalhador pretendido pelo documento. As competências são ressignificadas e em alguns casos até ignoradas na elaboração, apresentação e execução do Projeto pedagógico do CFSD BM 2009.

É fundamental o desenvolvimento das Competências Cognitivas, Operativas e Atitudinais para a não reprodução do comportamento tradicional imposto na formação e após ela, pois significa a quebra de paradigma que irá promover o desenvolvimento de profissionais muito mais conscientes e responsáveis por seus pensamentos e ações.

O Estado visa através do PL 3734/12 a criação do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), tendo como um de seus objetivos, a uniformização das ações de formação dos profissionais da área de segurança do país, através da unificação de conteúdos. Entretanto, novamente esta tentativa não leva em consideração as diversidades regionais e principalmente, as diversidades laborais existentes entre seus componentes, onde os Corpos de Bombeiros encontram-se à margem das discussões.

Este panorama apresentado pela pesquisa suscita a construção de um documento específico voltado à formação dos Corpos de Bombeiros. Além disso, torna-se necessário questionar se as bases militares de ensino difundidas nos centros de formação coadunam-se com os princípios pedagógicos tratados pela SENASP e entidades acadêmicas. Logo, a formação de grupos de discussão constituídos por profissionais da área de educação e não apenas por Comandantes das corporações e superiores hierárquicos é fundamental para a constituição de um currículo mais flexível e aberto a novas possibilidades de ensino.

Outro fator importante é a criação de um quadro complementar específico para o ensino na corporação, com uma política de aperfeiçoamento e rotatividade, promovendo cursos de atualização e incentivando os profissionais a buscarem qualificação.

Este quadro contribuirá para o estabelecimento de critérios de seleção de instrutores, relacionados de forma primordial em sua formação acadêmica e/ou na experiência profissional na área de atuação da disciplina. Além disso, o desenvolvimento de reuniões pedagógicas, visando preparar os instrutores para os cursos da corporação é primordial para a qualidade do ensino oferecido.

Além destas ações, para promover melhorias no ensino da corporação, torna-se necessário, como sugestões de futuras pesquisas, conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos alunos soldados, bem como seus projetos de vida; Realizar um levantamento das formações profissionais das praças, além de verificar de que maneira a instituição valoriza as formações complementares em suas fileiras.

7 – REFERÊNCIAS

- BERNSTEIN, B. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle.** Petrópolis: Vozes, 1996.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Respuestas: por una antropología reflexiva.** México: Grijalbo, 1995.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. **O senso prático.** Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional: Para ações formativas dos profissionais da Área de Segurança Pública.** Brasília: SENASP, 2008.
- CASTRO, C. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- DAVINI, M. **Currículo Integrado.** In: BRASIL. Ministério da Saúde. Capacitação Pedagógica para Instrutor/Supervisor – Área de saúde. Brasília: MS, 1994.
- DELUIZ, N. Qualificação, competências e certificação: visão do mundo do trabalho. In: BRASIL, Ministério da Saúde. **Formação: Humanizar cuidados de saúde: uma questão de competência,** Brasília: PROFAE, 2001a.
- DELUIZ, N. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do Senac.** São Paulo: SENAC, v.27, n.3, set/dez2001. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/modelocompetencias.html>>. Acesso em mar. 2014.
- DIAS, G. **A gestão da produção de segurança pública e a formação do oficial policial militar: o caso da Polícia Militar de Santa Catarina.** Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Centro Tecnológico da UFSC, Florianópolis, 2002. 235 p.
- DUBAR, C. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. **Educação e Sociedade,** Campinas: CEDES, v. 19, n. 64, set. 1999.
- DURKHEIM, E. **A educação moral.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- FERREIRA, R. **Sociologia da Educação.** São Paulo: Moderna, 1993.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FRANÇA, G. **Disciplinamento e Humanização: a formação policial militar e os novos paradigmas educacionais de controle e vigilância.** Dissertação (Mestrado em

Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2012. 163 p. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. Disponível em <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2490>. Acesso em jan. 2015.

LAKATOS, E.; MARCONI, A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MENEZES, J. **O Corpo de Bombeiros no Pará**. 2. ed. Belém: s/e, 2007. Disponível em <<http://www.bombeiros.pa.gov.br/downloads/o-cbmpa-menezes.pdf>>. Acesso em fev. 2014.

MUNIZ, J. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**, Washington: Center for Hemispheric Defense Studies, v. 1, p. 177-198, 2001.

PERISSINOTTO, R. **História, sociologia e análise do poder**. Disponível em <http://www.ufpr.academia.edu/renatoperissinotto/papers/156924/Historia_Sociologia_e_analise_do_poder>. 2007. Acesso em mar. 2015.

PONCIONI, P. O Modelo Policial Profissional e a Formação Profissional do futuro policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília: UNB, v. 20, n.3, set./dez. 2005.

RUDNICKI, D. **A Formação social de oficiais da Polícia militar: Análise do caso da academia da Brigada militar do Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado (Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SÁ, L. **Os Filhos do Estado: autoimagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SETTON, M. **Socialização e Cultura: ensaios teóricos**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

SILVA, R. **Entre a Caserna e a rua: o dilema do “pato”, uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI**. Niterói, RJ: EDUFF, 2011.

TEIXEIRA, P. **Os Conselhos e Cafés Comunitários de Segurança Pública/RJ no Contexto Democrático**. Anais VI RAM – Reunião de Antropologia do MERCOSUL, Montevideu, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=20>>. Acesso em jul. 2013.

TRAD, L. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisa de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro: UERJ. v. 9, n. 3, 2009.

ANEXO A

GRADE CURRICULAR DO CFSD BM 2009

ÁREA DE ENSINO		ORDEM	DISCIPLINA	C/H
VIOÊNCIA, CRIME E CONTROLE SOCIAL.	I	01	Psicologia Aplicada	30
CULTURA E CONHECIMENTOS JURÍDICOS	II	02	Conhecimentos Jurídicos Aplicado	20
		03	Direitos Humanos	20
		04	Organização e Legislação BM	40
MODALIDADE DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS	III	05	Defesa Civil	20
VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	IV	06	Treinamento Físico Militar	60
		07	Segurança no Trabalho	20
		08	Telecomunicações Aplicadas	20
		09	Ética e Cidadania	20
		10	Redação Oficial	20
FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA.	VI	11	Instrução Militar	40
		12	Armamento e Tiro Defensivo	30
		13	Operações com Produtos Perigosos	20
		14	Prática de Operações em Área de Selva	20
		15	Emergência e socorros de Urgência	40
		16	Prevenção Contra Incêndio	30
		17	Técnica e Maneabilidade de Incêndios	50
		18	Técnica e Maneabilidade de Salvamento em Altura	40
		19	Técnica e Maneabilidade de Salvamento Aquático	40
20	Técnica e Maneabilidade de Salvamento Terrestre	50		
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	VII	21	Palestras e Visitas Técnicas	20
		22	Orientação e Supervisão *	60
TOTAL DE HORAS AULA				650

Fonte: DIVISÃO DE ENSINO DO CFAE.

APÊNDICE A



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de
Conflitos (PPGDSMC)

ROTEIRO GRUPO FOCAL INSTRUTORES

**FORMAÇÃO DOS SOLDADOS BOMBEIROS DO ESTADO DO PARÁ:
significações e (re)significações das competências a partir da Matriz
Curricular Nacional de Segurança Pública**

EQUIPE:

Moderador: Sandro Mendes Leal da Silva

Auxiliar: Cesar Mauricio de Abreu Mello (colega do PPGDSMC)

Relator: Fernanda Valli Nummer (orientadora)

Apoio e logística: Sandro Mendes Leal da Silva

Durante a chegada dos participantes os membros da equipe aplicarão o individualmente o formulário a cada um dos convidados (Apêndice B).

INTRODUÇÃO

Objetivo: *Rapport* - fornecer informações básicas sobre a pesquisa, deixar os participantes à vontade, estabelecer um ambiente amigável e confortável para o grupo.

- 1)** Apresentação da pesquisa: Especificar que é uma pesquisa do Mestrado Profissional. Apresentar a equipe da UFPA.
- 2)** Apresentação das atividades: informar que todos participarão de um grupo de discussão sobre aspectos da formação do soldado bombeiro, cuja dinâmica será detalhada pelo mediador ao longo das atividades.

3) Agradecimentos: falar que sabemos que todos ali exercem atividades fundamentais para a sociedade e agradecer o tempo disponibilizado para participar do grupo de discussão e sobre a importância do conhecimento que será produzido;

4) Formas de divulgação dos dados da pesquisa: informar que o resultado do estudo será divulgado através de artigos e em eventos científicos.

APRESENTAÇÃO DAS DINÂMICAS (mediador)

Objetivo: Fornecer informações sobre os princípios do Grupo de Discussão

O moderador e o auxiliar apresentarão verbalmente os princípios do grupo de discussão:

a) todos têm independência para concordar ou discordar das posições dos demais participantes;

b) haverá um cuidado com a confidencialidade das pessoas na divulgação dos dados, em hipótese alguma o material filmado ou o nome das pessoas será divulgado;

c) o espaço está sendo proporcionado para incentivar a participação de todos e expressão de opiniões diferentes e, por isso, é fundamental respeitar todas as opiniões;

d) solicitar que ninguém fale por longos períodos tornando o debate centralizado em uma ou outra pessoa;

e) evitar as conversas paralelas e que as pessoas não falem ao mesmo tempo para garantir a participação de todos.

f) Apresentar o roteiro das dinâmicas: será projetado através do *datashow* um conceito e logo em seguida e o grupo será incitado a responder como entende e caracteriza o conceito apresentado. Caso o grupo não se refira claramente sobre o que está sendo inquirido, o moderador e o auxiliar instigarão alguns dos participantes a falar sobre a temática, por isso, cada participante receberá um crachá com seu nome no início da atividade, logo após responderem individualmente o formulário. Caberá ao auxiliar digitar em um slide as principais ideias apresentadas durante o debate orientando-se a responder ao objetivo apresentado. Após a discussão de cada conceito, será revelado ao grupo o slide preparado pelo auxiliar durante o debate para que o grupo aprove os dados apresentados. As perguntas principais que irão incitar a discussão de

cada conceito (Como você explicaria com suas palavras este conceito?) poderão ser desdobradas em outras, visando o enriquecimento e o debate mais aprofundado da questão. Assim, será determinado no máximo 20 minutos para a discussão e fechamento de cada conceito.

Para orientação e acompanhamento do auxiliar do grupo focal que será o relator dos slides de resultados do debate de cada conceito será informado que os objetivos dos debates são identificar o entendimento dos participantes acerca de cada um dos conceitos apresentados na Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública (MCNSP): matriz, competência, competências cognitivas, competências operativas e competências atitudinais.

Segue roteiro de slides:

1° Slide

CONCEITO 01:

“O termo “Matriz” suscita a possibilidade de um arranjo não-linear de elementos que podem representar a combinação de diferentes variáveis, o que significa que a Matriz Curricular Nacional expressa um conjunto de componentes a serem “combinados” na elaboração dos currículos específicos, ao mesmo tempo em que oportuniza o respeito às diversidades Regionais, sociais, econômicas, culturais e políticas existentes no país, possibilitando a utilização de referências nacionais que possam traduzir pontos “comuns” que caracterizem a formação em Segurança Pública” (BRASIL, 2008, p. 7).

2° Slide

Apresentação em tópicos dos principais resultados do debate referente ao conceito de MATRIZ (elaborado pelo auxiliar do grupo focal a partir das discussões realizadas).

3° Slide

CONCEITO 02:

“Competência é entendida como a capacidade de mobilizar saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual” (BRASIL, 2008, p. 8).

4° Slide

Apresentação em tópicos dos principais resultados do debate referente ao conceito de COMPETÊNCIA (elaborado pelo auxiliar do grupo focal a partir das discussões realizadas).

5° Slide

CONCEITO 03:

“Competências Cognitivas são aquelas que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Elas habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações” (BRASIL, 2008, p. 8).

6° Slide

Apresentação em tópicos dos principais resultados do debate referente ao conceito de COMPETÊNCIAS COGNITIVAS (elaborado pelo auxiliar do grupo focal a partir das discussões realizadas).

7° Slide

CONCEITO 04:

“Competências Operativas são aquelas que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente” (BRASIL, 2008, p. 8).

8° Slide

Apresentação em tópicos dos principais resultados do debate referente ao conceito de COMPETÊNCIAS OPERATIVAS (elaborado pelo auxiliar do grupo focal a partir das discussões realizadas).

9° Slide

CONCEITO 05:

“Competências Atitudinais são aquelas que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e desenvolvimento das potencialidades individuais: conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo; capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social” (BRASIL, 2008, p.8).

10° Slide

Apresentação em tópicos dos principais resultados do debate referente ao conceito de COMPETÊNCIAS ATITUDINAIS (elaborado pelo auxiliar do grupo focal a partir das discussões realizadas).

11° Slide

Apresentação dos nomes completos e contato de e-mail de todos os membros da equipe.

ENCERRAMENTO

Agradecer novamente, perguntar se alguém tem alguma dúvida sobre a atividade desenvolvida e seus objetivos e fornecer contatos da equipe.

APÊNDICE B

**FORMAÇÃO DOS SOLDADOS BOMBEIROS DO ESTADO DO PARÁ:
significações e (re)significações das competências a partir da Matriz**

Curricular Nacional de Segurança Pública

Sandro Mendes Leal da Silva

(APÊNDICE B)

FORMULÁRIO PARA OS INSTRUTORES

1- Nome: _____

2- Idade: _____

3- Sexo: _____

4- Caso seja membro da corporação qual a Graduação ou Posto? _____

5- Escolaridade: _____

6- No caso de nível superior, qual o curso? _____

7- Tempo de serviço no CBMPA: _____

8- Tempo de serviço em atividade administrativa: _____

9- Tempo de serviço em atividade operacional: _____

10- Tempo de docência em cursos de formação de soldados? _____

11- Atualmente realiza qual tipo de atividade?

a. () – administrativa

b. () – operacional

12- Há quanto tempo realiza a atividade atual? _____

13- Quais as Unidades em que trabalhou?

a. 1: _____ Tempo: _____

b. 2: _____ Tempo: _____

c. 3: _____ Tempo: _____

14-Realizou cursos de especialização e/ou aperfeiçoamento (dentro ou fora do CBMPA)?

a. () – Não

b. () - Sim, quais e ano de conclusão

a) Curso: _____ Ano: _____

b) Curso: _____ Ano: _____

c) Curso: _____ Ano: _____

15-Qual ou quais as disciplinas ministradas nos últimos cursos de formação de soldados do Corpo de Bombeiros Militar do Pará?

16-De que forma foi informado que seria instrutor nos cursos em que atuou?

17-Já participou de reunião com a equipe de coordenação dos cursos?

a.() – não

b.() – sim.

Em caso afirmativo, quando participou? _____

18-Já realizou leitura da Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública?

a.() – não

b.() – sim.

19- Já teve acesso ao projeto dos cursos que ministrou?

a.() – não

b.() – sim.

20- Você leu o Projeto do Curso de Formação de Soldados BM/2009 antes de iniciar suas atividades no referido curso?

a.() – não

b.() – sim.

APÊNDICE C



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de
Conflitos

ROTEIRO GRUPO FOCAL SOLDADOS

**FORMAÇÃO DOS SOLDADOS BOMBEIROS DO ESTADO DO PARÁ:
significações e (re)significações das competências a partir da Matriz
Curricular Nacional de Segurança Pública**

EQUIPE:

Moderador: Sandro Mendes Leal da Silva

Auxiliar: Cesar Mauricio de Abreu Mello (colega do PPGDSMC)

Relator: Fernanda Valli Nummer (orientadora)

Apoio e logística: Sandro Mendes Leal da Silva

Durante a chegada dos participantes os membros da equipe aplicarão o individualmente o formulário a cada um dos convidados (Apêndice B).

INTRODUÇÃO

Objetivo: *Rapport* - fornecer informações básicas sobre a pesquisa, deixar os participantes à vontade, estabelecer um ambiente amigável e confortável para o grupo.

- 1)** Apresentação da pesquisa: Especificar que é uma pesquisa do Mestrado Profissional. Apresentar a equipe da UFPA.
- 2)** Apresentação das atividades: informar que todos participarão de um grupo de discussão sobre aspectos da Formação bombeiro, cuja dinâmica será detalhada pelo mediador ao longo das atividades.
- 3)** Agradecimentos: falar que sabemos que todos ali exercem atividades fundamentais para a sociedade e agradecer o tempo disponibilizado para

participar do grupo de discussão e sobre a importância do conhecimento que será produzido;

4) Formas de divulgação dos dados da pesquisa: Artigos e eventos científicos.

APRESENTAÇÃO DAS DINÂMICAS (mediador)

Objetivo: Fornecer informações sobre os princípios do Grupo de Discussão

O moderador e o auxiliar apresentarão verbalmente os princípios do grupo de discussão:

a) temos independência para concordar ou discordar das posições dos demais participantes;

b) haverá um cuidado com a confidencialidade das pessoas na divulgação dos dados;

c) o espaço está sendo proporcionado para incentivar a participação de todos e expressão de opiniões diferentes e, por isso, é fundamental respeitar todas as opiniões;

d) solicitar que ninguém fale por longos períodos tornando o debate centralizado em uma ou outra pessoa;

e) evitar as conversas paralelas e que as pessoas não falem ao mesmo tempo para garantir a participação de todos.

f) Apresentar o roteiro da dinâmica: será apresentada uma situação problema e o grupo será incitado a responder como entende e caracteriza os conceitos apresentados. Caso o grupo não se refira claramente sobre o que está sendo inquirido, o moderador e o auxiliar instigarão alguns dos participantes a falar sobre a temática.

Segue roteiro de slides:

1° Slide

CONCEITO 01:

“O termo “Matriz” suscita a possibilidade de um arranjo não-linear de elementos que podem representar a combinação de diferentes variáveis, o que significa que a Matriz Curricular Nacional expressa um conjunto de componentes a serem “combinados” na elaboração dos currículos específicos, ao mesmo tempo em que oportuniza o respeito às diversidades Regionais, sociais,

econômicas, culturais e políticas existentes no país, possibilitando a utilização de referências nacionais que possam traduzir pontos “comuns” que caracterizem a formação em Segurança Pública” (BRASIL, 2008, p. 7).

2° Slide

Apresentação em tópicos dos principais resultados do debate referente ao conceito de MATRIZ (elaborado pelo auxiliar do grupo focal a partir das discussões realizadas).

3° Slide

CONCEITO 02:

“Competência é entendida como a capacidade de mobilizar saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual” (BRASIL, 2008, p. 8).

4° Slide

Apresentação em tópicos dos principais resultados do debate referente ao conceito de COMPETÊNCIA (elaborado pelo auxiliar do grupo focal a partir das discussões realizadas).

5° Slide

CONCEITO 03:

“Competências Cognitivas são aquelas que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Elas habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações” (BRASIL, 2008, p. 8).

6° Slide

Apresentação em tópicos dos principais resultados do debate referente ao conceito de COMPETÊNCIAS COGNITIVAS (elaborado pelo auxiliar do grupo focal a partir das discussões realizadas).

7° Slide

CONCEITO 04:

“Competências Operativas são aquelas que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente” (BRASIL, 2008, p. 8).

8° Slide

Apresentação em tópicos dos principais resultados do debate referente ao conceito de COMPETÊNCIAS OPERATIVAS (elaborado pelo auxiliar do grupo focal a partir das discussões realizadas).

9° Slide

CONCEITO 05:

“Competências Atitudinais são aquelas que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e desenvolvimento das potencialidades individuais: conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo; capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social” (BRASIL, 2008, p.8).

10° Slide

Apresentação em tópicos dos principais resultados do debate referente ao conceito de COMPETÊNCIAS ATITUDINAIS (elaborado pelo auxiliar do grupo focal a partir das discussões realizadas).

11° Slide

Apresentação dos nomes completos e contato de e-mail de todos os membros da equipe.

ENCERRAMENTO

Agradecer novamente, perguntar se alguém tem alguma dúvida sobre a atividade desenvolvida e seus objetivos e fornecer contatos da equipe.

APÊNDICE D

FORMAÇÃO DOS SOLDADOS BOMBEIROS DO ESTADO DO PARÁ:

significações e (re)significações das competências a partir da

Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública

Sandro Mendes Leal da Silva

(APÊNDICE D)

FORMULÁRIO PARA SOLDADOS

- 1- Nome: _____
- 2- Idade: _____
- 3- Sexo: _____
- 4- Escolaridade: _____
- 5- No caso de nível superior, qual o curso? _____
- 6- Tempo de serviço em atividade administrativa: _____
- 7- Tempo de serviço em atividade operacional: _____
- 8- Atualmente realiza qual tipo de atividade?
 - a. () – administrativa
 - b. () – operacional
- 9- Há quanto tempo realiza a atividade atual? _____
- 10- Quais as UBM's em que trabalhou?
 - a. UBM1: _____ Tempo: _____
 - b. UBM2: _____ Tempo: _____
 - c. UBM3: _____ Tempo: _____
- 11- Realizou cursos de aperfeiçoamento e/ou especialização (dentro ou fora da CBMPA)?
 - a. () – Não
 - b. () - Sim, quais e ano de conclusão
 - d) Curso: _____ Ano: _____
 - e) Curso: _____ Ano: _____
 - f) Curso: _____ Ano: _____

12- Já teve acesso ao projeto de curso de formação no qual participou?

- a.() – não
- b.() – sim.

13 - Destaque as disciplinas que mais lhe interessaram durante o curso de formação e por que?

14 - Realizou avaliação dos instrutores no final do curso de formação?

- a.() – não
- b.() – sim

15 – Qual instrutor foi melhor avaliado por você e por que?

16 – Qual instrutor foi pior avaliado por você e por que?

17 - Como você avaliaria o seu curso de formação?

- a.() – Ruim
- b.() – Bom
- c.() – Ótimo
- d.() – Excelente

Justifique: _____

APÊNDICE E

FORMAÇÃO DOS SOLDADOS BOMBEIROS DO ESTADO DO PARÁ: significações e (re)significações das competências a partir da Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública Sandro Mendes Leal da Silva (APÊNDICE E)

ROTEIRO DE ENTREVISTA: DIRETORES DE ENSINO DO CBMPA

- 1) Tempo de serviço
- 2) Formação acadêmica e militar
- 3) Experiências de atuação na área de ensino do CBMPA
- 4) Hoje atua em qual área...
- 4) Como conheceu a MCNSP?
- 5) Ocorreram reuniões internas para a discussão da MCNSP? Quais foram os resultados destas reuniões? Como estas reuniões influenciaram na elaboração do Projeto de Curso de Formação de Soldados BM 2009?
- 6) Analisando hoje o Projeto de Curso de Formação de Soldados Bombeiros... que avaliação você faria em termos de currículo, conteúdos das disciplinas, carga horária das disciplinas, instrutores escolhidos, custos financeiros, desistências.
- 7) Se você fosse convidado a coordenar o planejamento e a execução de um novo curso o que você faria diferente da experiência de 2009.